

[illegible]

O projeto foi financiado pela União Europeia através do Instrumento de Apoio Técnico e implementado pela OCDE, em cooperação com a Comissão Europeia.

Este documento foi elaborado com a ajuda financeira da União Europeia. As opiniões aqui expressas não refletem, de modo algum, o ponto de vista oficial da União Europeia.

O presente documento, bem como qualquer mapa nele incluído, não afetam o estatuto ou a soberania de qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais, nem a designação de qualquer território, cidade ou região.

Desenvolvimento de instrumentos estruturais de apoio à implementação da Garantia Europeia para a Infância em Portugal



Agradecimentos

Este manual foi preparado pela Direção de Governança Pública da OCDE (GOV), chefiada por Elsa Pilichowski, Diretora. Foi desenvolvido sob a direção estratégica de Tatyana Teplova, Chefe da Divisão de Parceria Global, Inclusão e Justiça de GOV. Foi coordenado por Pietro Gagliardi (GOV) e redigido por Francisco Simões (consultor externo; Cis-Iscte), com valiosa contribuição de Pinar Guven (GOV), Nicole Drew (GOV), Moritz Ader (GOV) e Jisoo Yoon (consultora externa). O manual também beneficiou de comentários da Equipa do Coordenador Nacional da Garantia para a Infância em Portugal (Sonia Almeida e Lia Cavaleiro) e da Grupo de Trabalho de Reforma e Investimento da Comissão Europeia (Florin Popa). O projeto foi financiado pela União Europeia através do Instrumento de Apoio Técnico e implementado pela OCDE, em cooperação com a Comissão Europeia.

ÍNDICE

1.

Prefácio

Pagina 6.

2.

Guia rápido

Pagina 8.

3.

**Conceitos
principais**

Pagina 12.

4.

**Participação
das crianças
e dos jovens:
uma abordagem
prática**

Pagina 26.

5.

**Apoiar a
participação das
crianças e dos
jovens através de
uma comunicação
eficaz**

Pagina 60.

6.

Instrumentos

Pagina 76.

Bibliografia

Pagina 84.

FIGURAS

Figura 3.1. Conceitos relacionados com a participação das crianças	15
Figura 3.2. Participação de crianças e jovens: Benefícios intrapessoais e interpessoais	19
Figura 3.3. Participação de crianças e jovens: Benefícios para as comunidades	21
Figura 4.1. O modelo Lundy de participação de crianças e jovens	28
Figura 4.2. Integração: Exemplos práticos	32
Figura 4.3. Capacitação: Exemplos práticos	37
Figura 4.4. Ação: Exemplos práticos	43
Figura 4.5. Divulgação e implementação: Exemplos práticos	47
Figura 4.6. Estratégias organizacionais para promover a participação de crianças e jovens	56

QUADROS

Quadro 3.1. O que não pode ser considerado participação de crianças e jovens	18
Quadro 3.2. Razões para apoiar a participação de crianças e jovens no PAGPI	23
Quadro 4.1. As quatro dimensões do modelo Lundy de participação de crianças e jovens	29
Quadro 4.2. Estratégias de participação de crianças e jovens de acordo com o modelo de Lundy	50
Quadro 5.1. Estratégias de comunicação para melhorar a participação de crianças e jovens	64
Quadro 5.2. Estratégias de comunicação para promover a participação de crianças e jovens de grupos desfavorecidos e sub-representados	68
Quadro 5.3. Participação de crianças e jovens: Estratégias de comunicação adequadas à idade	72



1. PREFÁCIO

O projeto

O presente manual fornece orientações para reforçar a capacidade dos interlocutores/núcleos locais da Garantia para a Infância em Portugal no sentido de desenvolverem abordagens de comunicação sensíveis à idade e de assegurarem uma participação significativa das crianças e dos jovens na execução do plano de ação nacional de Garantia para a Infância.

O documento insere-se no âmbito do projeto *23PT11 - Desenvolver instrumentos estruturais para apoiar a implementação da Garantia para a Infância em Portugal* (Atividade 3.4), financiado pela União Europeia através do Instrumento de Assistência Técnica. No âmbito deste projeto, a Grupo de Trabalho sobre Reforma e Investimento da Comissão Europeia (SG REFORM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) estão a prestar apoio técnico a Portugal para que este implemente e acompanhe com êxito o seu Plano de Ação da Garantia para a Infância (PAGPI), sob a égide da Garantia Europeia para a Infância (GEPI).

A Garantia Europeia para a Infância

Adotada em 2021, a GEPI tem o objetivo de prevenir e combater a exclusão social, garantindo o acesso de crianças vulneráveis a um conjunto de serviços essenciais. Esta ambição promove a igualdade de oportunidades e a redução da pobreza infantil. A GEPI recomenda aos Estados-Membros da União Europeia (UE) que apliquem medidas dirigidas às pessoas com menos de 18 anos em risco de pobreza e exclusão social, tendo em conta formas específicas de desvantagem. Estas medidas devem contribuir para assegurar o livre acesso das crianças a estruturas de acolhimento e de cuidados de saúde, a promoção de uma alimentação saudável e o acesso a uma habitação adequada. A GEPI também fornece orientações aos Estados-Membros para alcançar esses objetivos, estabelece mecanismos de governança e comunicação de informações e prevê procedimentos de aplicação, acompanhamento e avaliação.

O PAGPI português (2022-2030) reflete a necessidade de criar um instrumento de política pública nacional, com um conjunto de ações coerentes, articuladas e integradas para reduzir significativamente a incidência da pobreza. O plano analisa os impactos socioeconómicos específicos da pandemia de COVID-19, acrescentando a importância de dispor de um instrumento nacional sólido para combater a pobreza infantil (República Portuguesa, 2023[1]).

A implementação do PAGPI português reconhece que as crianças e os jovens têm um papel central no desenvolvimento e execução das políticas que afetam as suas vidas. Por conseguinte, não são apenas beneficiários ou destinatários de medidas políticas; são protagonistas com uma palavra a dizer sobre a forma como estas medidas são elaboradas e implementadas. Para tal, é necessário adotar um quadro de participação das crianças e dos jovens, que ainda está longe de ser uma norma. O presente manual visa apoiar os interlocutores/núcleos locais da Garantia para a Infância de Portugal na adoção de estratégias participativas destinadas a crianças e jovens.



2. GUIA RÁPIDO

Este manual encontra-se ancorado em três princípios que visam apoiar profissionais e organizações na promoção de experiências participativas para crianças e jovens. Estes princípios acompanham a estrutura do manual ao longo de três secções, combinando conceitos-chave, estratégias recomendadas e sugestões de processos de comunicação para promover a participação das crianças e dos jovens. Este guia rápido descreve esses mesmos princípios refletidos em diferentes partes do manual.



1. O que é a participação de crianças e jovens (e o que não é).

Embora não se trate de um conceito simples, a participação envolve mais do que simplesmente ouvir as crianças e os jovens. Os processos de participação exigem a criação de condições seguras para facilitar a expressão de opiniões, necessidades e expectativas, mas também a disponibilização de ações concretas para influenciar a tomada de decisões em matérias relevantes para os participantes. A secção 3 do manual define a participação das crianças e dos jovens e descreve alguns conceitos-chave que são frequentemente associados ou confundidos com participação (Figura 3.1). Além disso, esta secção aborda os benefícios da participação das crianças e dos jovens (por exemplo, maior capacidade de ação, sentido de competência, desenvolvimento da cidadania e bem-estar) (Figura 3.2), mas também dos adultos e das comunidades em geral (por exemplo, melhor prestação de serviços, melhores processos de tomada de decisão) (Figura 3.3). Esta secção também descreve as abordagens que não constituem oportunidades de participação significativas (Quadro 3.1).



2. Promover a participação das crianças e dos jovens não é um processo simples, mas há uma forma de lá chegar. A secção 4 deste manual estabelece uma via para promover a participação de uma perspetiva muito prática, considerando quatro etapas diferentes. Em primeiro lugar, a participação começa com a oferta de oportunidades seguras e significativas para as crianças e os jovens fazerem ouvir a sua voz e exercerem as suas competências em contextos da vida real (Figura 4.2). Em segundo lugar, os processos participativos com crianças e jovens assentam na capacitação em termos de acumulação de conhecimentos, produção de conhecimentos e/ou desenvolvimento de competências (Figura 4.3).

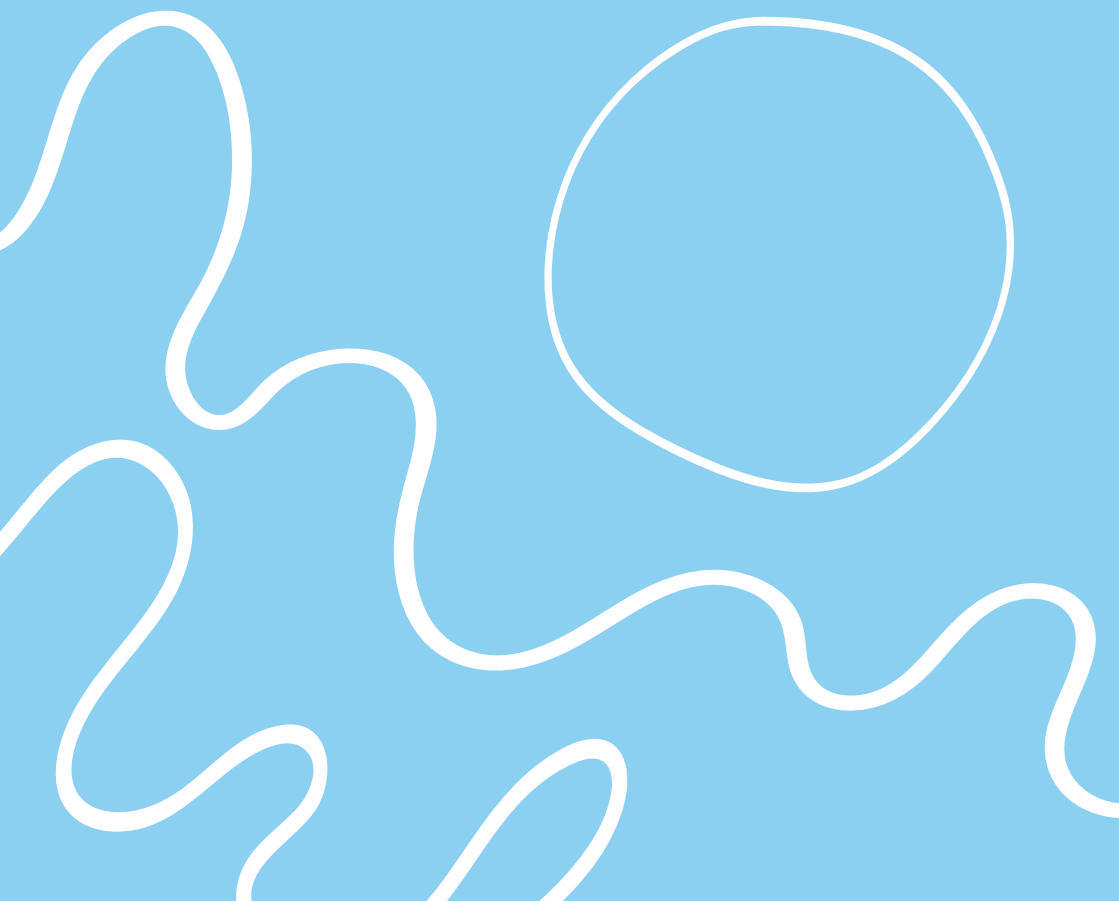
Em terceiro lugar, os processos participativos devem produzir resultados tangíveis e práticos (Figura 4.4). Por último, a divulgação e a incorporação dos resultados são fundamentais para promover os impactos desejados (Figura 4.5). Para facilitar a ação de uma forma prática, todas estas etapas são acompanhadas de estratégias concretas resultantes de experiências, programas e iniciativas efetivamente realizadas em Portugal. Acima de tudo, os exemplos apresentados refletem questões e características de diversidade. Esta secção do manual também inclui alguns exemplos alargados para melhor ilustrar a forma como os profissionais podem lidar com cada uma das diferentes etapas participativas. Por fim, esta secção inclui sugestões sobre como integrar princípios participativos nas práticas diárias (Figura 4.6).

3. Para facilitar a participação das crianças e dos jovens, é fundamental uma comunicação eficaz. As estratégias de comunicação devem ser adaptadas aos estilos e ferramentas de comunicação preferidos das crianças e dos jovens e apoiar uma escuta ativa que reconheça as vozes dos participantes. Uma comunicação eficaz também pode promover espaços seguros e inclusivos baseados em relações positivas, ao mesmo tempo que informa continuamente a conceção e implementação de processos participativos baseados nas necessidades dos participantes. A secção 5 do manual descreve processos e estratégias de comunicação para envolver as crianças e os jovens em iniciativas de participação. Esta secção propõe definições básicas de comunicação e oferece uma lista alargada de estratégias de comunicação (adaptar, ouvir, relacionar, repetir e ajustar) (Quadro 5.1). Esta parte do manual também presta especial atenção à discussão de estratégias de comunicação adequadas para grupos vulneráveis (Quadro 5.2) e diferentes grupos etários (Quadro 5.3).



A secção 6 apresenta um conjunto de instrumentos destinados a profissionais, incluindo, nomeadamente, uma *checklist* para a preparação e execução de projetos de participação de crianças e jovens e uma lista de mitos e factos sobre a participação dos mesmos. De um modo geral, este manual é inspirado pelas experiências de quem trabalha diariamente com crianças e jovens, tendo como objetivo estimular a colaboração entre regiões e setores e contribuir para programas e iniciativas mais inclusivos e participativos que envolvam crianças e jovens no âmbito do PAGPI.

3. CONCEITOS PRINCIPAIS





O que se entende por participação de crianças e jovens?

A participação das crianças e dos jovens tem vindo a tornar-se cada vez mais relevante no discurso público e na elaboração de políticas. As suas definições atuais são múltiplas e por vezes contraditórias. Então, o que significa o termo «participação» quando falamos de crianças e jovens? As diferentes definições parecem concordar que a participação de crianças e jovens é simultaneamente um direito e uma forma de expressão. A participação foi estabelecida como **um direito fundamental de todas as crianças e jovens a participarem em todos os assuntos e decisões que lhes digam respeito**. Nestas questões inserem-se os seus diferentes contextos de vida, tais como a família, a escola e os ambientes comunitários, mas também as decisões políticas e os regulamentos que afetam as suas vidas (Correia e Aguiar, 2022[2]).

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu este direito fundamental a nível mundial através do artigo 12.º da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) (CDC - Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, 2005[3]; CDC - Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, 2009[4]). Segundo o CDC, a participação das crianças e dos jovens consiste no seu direito de exprimir opiniões pessoais e de serem ouvidos e tomados em consideração desde o nascimento. Isto significa que todas as crianças e jovens, independentemente da idade, têm o direito de participar nas decisões relevantes que afetam as suas vidas.

O CDC estabelece ainda que cada país deve promover os direitos de participação das crianças e dos jovens através de estratégias adequadas à idade (CDC - Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, 2005[3]; CDC - Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas, 2009[4]). Numa perspetiva mais ampla, a visão do CDC para a participação das crianças e dos jovens é entendida como um instrumento fundamental para reforçar e propagar uma cultura de direitos humanos, valores democráticos, cidadania e Estado de direito em diferentes sociedades, assegurando simultaneamente o bem-estar das crianças e dos jovens e a capacidade de satisfazer o seu potencial (Correia, N. et al., 2019[5]; Lansdown, Jimerson e Shahroozi, 2014[6]; Conselho da Europa, 2020[7]).

O direito de participação das crianças e dos jovens está igualmente em consonância com a Recomendação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre governação aberta (OCDE, 2024[8]), a Recomendação da OCDE sobre a criação de melhores oportunidades para os jovens (OCDE, 2024[9]), a Recomendação da OCDE sobre crianças no ambiente digital (OCDE, 2024[10]) e o quadro da OCDE para uma justiça adaptada às crianças (OCDE, 2023[11]).

A Recomendação da OCDE sobre a governação aberta procura promover uma maior confiança e colaboração entre os governos e os seus cidadãos, incluindo as crianças, promovendo a abertura na tomada de decisões, na execução das políticas e na prestação dos serviços públicos. A Recomendação da OCDE sobre a criação de melhores oportunidades para os jovens estabelece princípios políticos e estratégias para melhorar as medidas e os resultados da juventude em vários domínios (por exemplo, emprego, educação, inclusão social e bem-estar em todos os domínios relevantes), assegurando simultaneamente a confiança dos jovens no governo e nas instituições públicas e reforçando a sua participação e representação na vida pública e política.

A Recomendação da OCDE sobre as crianças no ambiente digital visa ajudar os governos a enfrentar melhor os riscos e as oportunidades do progresso digital para as crianças, através do envolvimento de todas as partes interessadas, salientando a necessidade de as crianças e os jovens participarem na regulamentação dos ambientes digitais.

Como forma de expressão, a participação das crianças e dos jovens implica que possam **manifestar as suas ideias, expectativas e escolhas nas questões que lhes digam respeito** (Correia, N. et al., 2019[5]). Alguns autores sugerem que a participação requer mais do que a partilha de pontos de vista e opiniões (Cushing, 2015[11]). A participação das crianças e dos jovens implica agir e resolver problemas que podem afetar os seus contextos de vida, desde os mais próximos, como a família, até à comunidade em geral. Independentemente de adotar uma conceção mais restrita ou mais ampla da participação das crianças, diferentes propostas concordam que a participação das crianças e dos jovens exige que estes:

- possuam ou desenvolvam as competências necessárias para participar;
- beneficiem de oportunidades adequadas em múltiplos contextos da vida real para o fazer;
- sintam que as suas vozes (ou ações) são reconhecidas por outros, particularmente pelos adultos e pela comunidade (Cardarelli et al., 2021[12]).

É fácil definir o termo «participação»?

Nem por isso. Embora haja algum consenso sobre a participação das crianças e dos jovens como um direito universal expresso através de diferentes formas de ação, existem conceitos próximos que se cruzam ou são elementos específicos desta noção mais ampla. A nuvem de palavras na Figura 3.1 mostra a variedade de conceitos que podem sobrepor-se ou ser confundidos com participação.

Figura 3.1. Conceitos relacionados com a participação das crianças

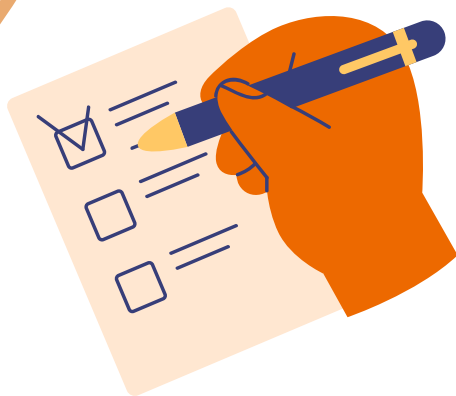


Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em (Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]; Correia, N. et al., 2019[5]; Correia e Aguiar, 2022[2]) (Hanson, 2016[14])



Algumas das noções que se cruzam com a ideia de participação podem ser consideradas **conceitos adjacentes**, conforme destacado abaixo:

- O **poder** é geralmente descrito como comportamento e ação aplicados (Foucault, 2003[15]). A participação exige estratégias que permitam às crianças e aos jovens comprometerem-se a mudar e a alcançar determinados objetivos. Isto exige estratégias específicas para equilibrar os diferenciais de poder entre crianças e adultos, desafiando a autoridade dominante dos adultos. A participação das crianças exige uma redistribuição intencional do poder, garantindo que as opiniões das crianças são consideradas de forma significativa e adequada (Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]).
- A **capacidade de ação** é a competência para definir objetivos, refletir e agir responsavelmente para produzir a mudança, influenciar os cursos de ação e fazer escolhas autônomas (Hanson, 2016[14]). A capacidade de ação é desenvolvida através da socialização e da interdependência. Esta participação ativa exige o reconhecimento das crianças e dos jovens como membros iguais da sociedade, com as suas prioridades e necessidades, e o direito de definir as decisões que lhes dizem respeito (Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]).
- O **sentido de autonomia** está relacionado com as necessidades crescentes de autodeterminação das crianças de acordo com os requisitos de desenvolvimento adequados para a idade. Satisfazer as necessidades de autonomia das crianças e dos jovens irá, em última análise, permitir-lhes tornarem-se seres humanos independentes. Um forte sentido de autonomia, que reconheça os pontos de vista e as necessidades das crianças e dos jovens, bem como a sua dignidade enquanto cidadãos, criando simultaneamente as condições certas para os expressar de forma adequada à idade, encoraja-os a serem ativos e a participarem (Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]).



- O **envolvimento** diz respeito ao grau de enfoque das crianças em atividades (Laevers e Declercq, 2018[16]). O envolvimento é o esforço, a energia e a capacidade de persistir numa tarefa que pode ser relevante ou decisiva para cumprir objetivos participativos. Por sua vez, a participação é impulsionada pela expressão das necessidades e, mais importante ainda, pela produção de mudanças em consonância com as necessidades das crianças e dos jovens (Ingman, B. C. et al., 2023[17]). Tanto o envolvimento como a participação exigem uma estrutura adequada que facilite a comunicação das prioridades pessoais e o desenvolvimento de esforços para a implementação das mudanças desejadas.
- A **cidadania** é um conceito abrangente que inclui muitos dos elementos apresentados na figura 2.1. Corresponde ao sentimento individual de pertença a uma comunidade, bem como à reciprocidade nas relações sociais em termos de adoção de direitos e deveres individuais (Menezes, 2003[18]). Espera-se que a participação de crianças e jovens venha a produzir cidadãos plenamente capacitados, ou seja, cidadãos capazes de exercerem os seus direitos (incluindo o direito de participar) e de assumirem responsabilidades em prol do bem-estar individual e do bem comum (Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]).

A participação tornou-se uma palavra-chave aplicada a múltiplos processos de integração, desde a mera consulta ao envolvimento (Aresi, G. et al., 2023[19]). Isto torna ainda mais difícil identificar aquilo que é uma verdadeira participação. Para se obter uma definição completa da participação de crianças e jovens, é necessário identificar formas de participação não significativas. Quadro 3.1 lista alguns exemplos, baseados no modelo de escada de participação das crianças de Hart (Hart, 1992[20]).

Quadro 3.1. O que não pode ser considerado participação de crianças e jovens

Manipulação

As crianças e os jovens são mobilizados por adultos, mas não entendem as questões envolvidas nem a natureza das suas ações. A falta de consciencialização impede a sua inclusão num processo democrático adequado. Esta abordagem não reconhece a capacidade e as aptidões de crianças e jovens para uma participação plena.

Exemplo: As crianças participam numa manifestação comunitária organizada por pais e líderes locais, mas desconhecem os motivos pelos quais estão a protestar.

Decoração

As crianças e jovens juntam-se, de forma indireta, a algumas ações ou eventos de apoio a uma causa. Não estão cientes da causa em si e/ou têm outros motivos de interesse na ação ou evento.

Exemplo: Durante um festival, as crianças e jovens usam t-shirts e distribuem autocolantes com mensagens sobre as alterações climáticas, mas o que realmente lhes interessa é o concerto que acontecerá mais tarde.

Tokenismo

Aparentemente, crianças e jovens têm uma voz, mas na verdade têm pouca ou nenhuma liberdade de escolha quanto aos temas a debate e à maneira de os comunicar, além de um espaço limitado para partilharem as suas próprias ideias. Nestas circunstâncias, os adultos muitas vezes consideram que o «contexto de participação» reflete os melhores interesses de crianças e jovens, mas estes não são ouvidos.

Exemplo: As crianças e jovens participam num painel de conferência, mas o processo de seleção do orador, as perguntas a serem exploradas e a forma como as questões vão ser debatidas são decididos pelos adultos que dirigem a conferência.

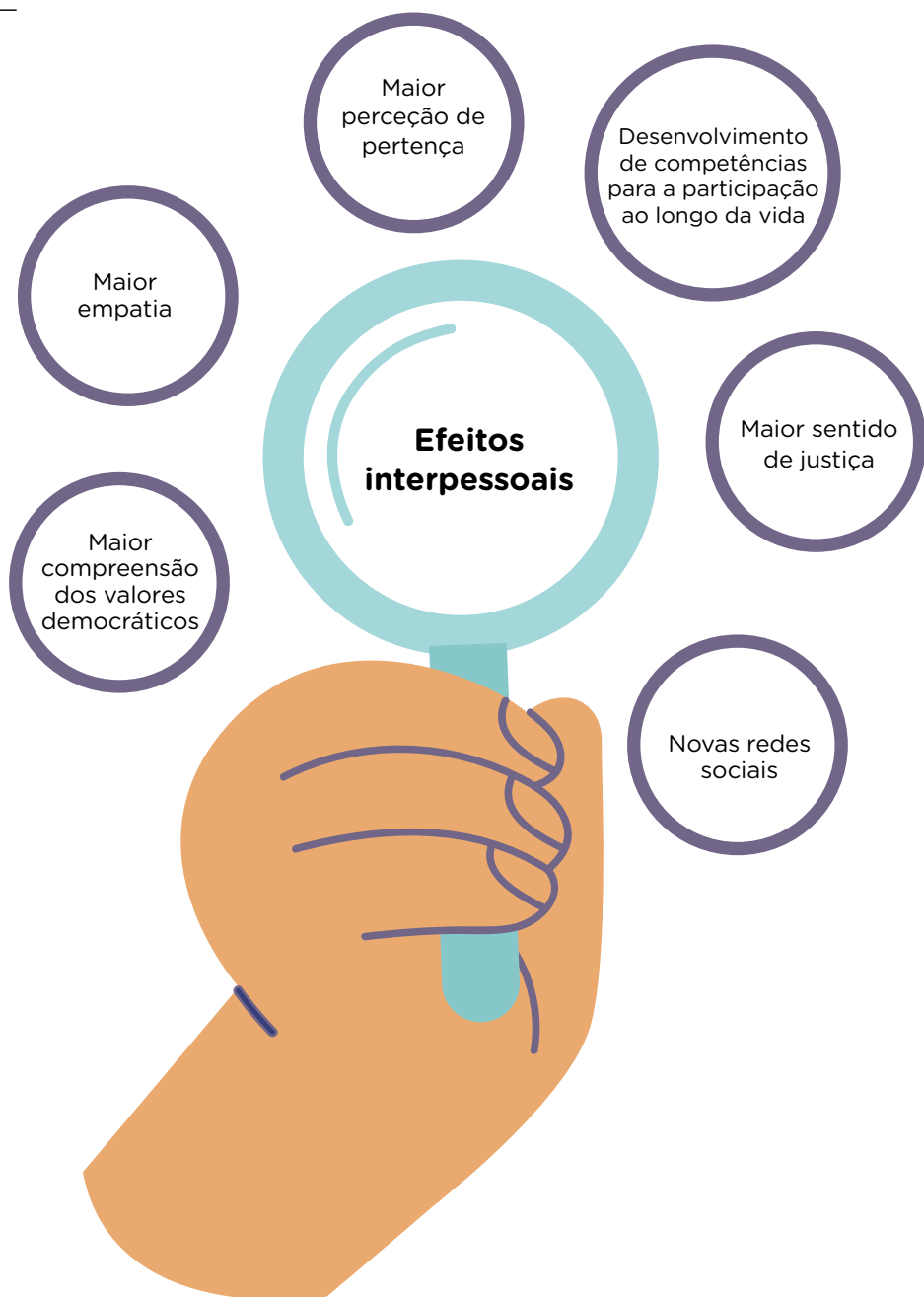
Fonte: (Hart, 1992[20]).

Quais são os benefícios da participação das crianças e dos jovens?

A lista de benefícios decorrentes da participação das crianças e dos jovens é extensa e aplica-se tanto a eles como a outras partes interessadas envolvidas no processo participativo. Os benefícios para as crianças e os jovens estão amplamente documentados (Correia, N. et al., 2019[5]; Correia e Aguiar, 2022[2]; Cushing, 2015[11]; Ingman, B. C. et al., 2023[17]). A Figura 3.2 destaca alguns dos principais benefícios intrapessoais e interpessoais da participação das crianças e dos jovens.

**Figura 3.2. Participação de crianças e jovens:
Benefícios intrapessoais e interpessoais**





Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em (Correia, N. et al., 2019[5]; Correia e Aguiar, 2022[2]; Cushing, 2015[11]; Ingman, B. C. et al., 2023[17])

A participação das crianças também oferece benefícios para as comunidades, os quais se encontram resumidos na Figura 3.3 (Correia, N. et al., 2019[5]; Correia e Aguiar, 2022[2]; Cushing, 2015[11]; Ingman, B. C. et al., 2023[17]).

**Figura 3.3. Participação de crianças e jovens:
Benefícios para as comunidades**



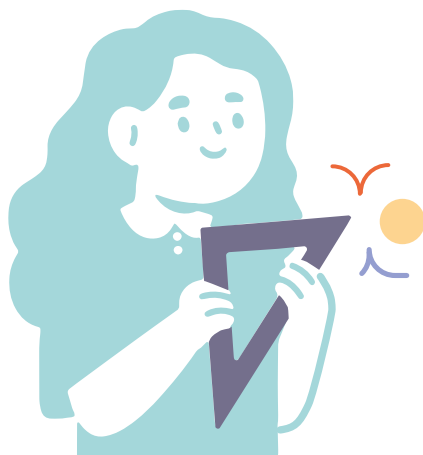
Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em (Correia, N. et al., 2019[5]; Correia e Aguiar, 2022[2]; Cushing, 2015[11]; Ingman, B. C. et al., 2023[17])

Por que razão adota o PAGPI uma abordagem de participação de crianças e jovens?

O PAGPI português segue o objetivo central da GEPI de garantir que todas as crianças e jovens com menos de 18 anos tenham acesso a serviços essenciais, contribuindo para a concretização dos seus direitos de acordo com o CDC das Nações Unidas, ao mesmo tempo que combate a pobreza infantil e reduz as desigualdades sociais. A GEPI contribui para outras políticas fundamentais da UE (por exemplo, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais), procurando assim alargar a sua relevância e o seu impacto (República Portuguesa, 2023[1]).

A visão geral do PAGPI exige o empenho de todas as partes interessadas no cumprimento dos seus objetivos e da sua estratégia global, incluindo as crianças e os jovens. Como já foi referido, mesmo no contexto do PAGPI, a participação das crianças e dos jovens não é certa. As organizações e a sociedade continuam inclinadas a proteger as crianças e os jovens em vez de os incentivar, impedindo-os assim de exercerem o seu direito de participação (Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]).

Além disso, continua a existir um risco subjacente de negligenciar a atenção dada ao processo, desde as políticas aos resultados. Isto significa que os decisores podem ignorar mecanismos importantes que conduzem a mudanças sociais duradouras, como a participação da parte interessada (Trischler e Trischler, 2021[21]). São seis as principais razões para promover a participação de crianças e jovens na execução do PAGPI, as quais são enumeradas no Quadro 3.2.



Quadro 3.2. Razões para apoiar a participação de crianças e jovens no PAGPI

A nível individual

1. Promover o desenvolvimento de competências de crianças e jovens | Os processos participativos exigem que as crianças e os jovens conheçam as necessidades e decisões que afetam as suas vidas (por exemplo, o acesso à educação) utilizando abordagens de aprendizagem formais e não formais. É importante salientar que a participação de crianças e jovens é uma forma valiosa de os ajudar a desenvolver ou expandir as suas competências cognitivas, comportamentais, sociais e emocionais, garantindo assim a plena realização do seu potencial (Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]) em consonância com a ambição do PAGPI.

2. Estimular a cidadania desde os primeiros anos | O PAGPI está focado em garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso aos serviços e recursos que apoiam o seu desenvolvimento. A eficácia das políticas públicas assenta em controlos e equilíbrios, incluindo uma sociedade civil forte. A promoção da participação desde a mais tenra idade assegura que cada criança e jovem exerça os seus direitos e deveres e, por conseguinte, aprenda a ser ativo na sociedade (Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]).

A nível organizacional

3. Apoiar as organizações centradas nas crianças e jovens | O PAGPI visa ajudar a transformar as organizações do setor público e privado de modo a torná-las mais centradas nas crianças e nos jovens. Isto significa que os processos, objetivos e programas das organizações são adaptados às necessidades e aspirações das crianças e dos jovens, com base em abordagens participativas concebidas conjuntamente com crianças e jovens e procurando promover os seus pontos fortes e as suas competências (Trischler e Trischler, 2021[21]).

4. Reforçar a cooperação entre as partes interessadas.

O acesso das crianças e jovens a serviços de saúde ou a uma habitação adequada são apenas alguns exemplos de problemas sociais complexos abordados pelo PAGPI, que exigem que as organizações ouçam e valorizem as opiniões das crianças e jovens com vista à geração de programas e intervenções mais eficazes e justos. O PAGPI proporciona os meios necessários para abordar estes problemas sociais complexos, que exigem soluções transversais a vários setores de governação (Christensen, 2015[22]).

A nível político

5. Melhorar as políticas que afetam as crianças e jovens.

O PAGPI decorre de um quadro da UE orientado para os direitos e o bem-estar das crianças e jovens. A criação das condições adequadas para a participação de todas as partes interessadas, em especial das crianças e jovens, apoia uma aplicação adaptada aos contextos nacionais, regionais e locais específicos, aumentando a probabilidade de o PAGPI atingir os fins a que se destina (República Portuguesa, 2023[1]).

6. Promover uma cultura baseada nos direitos humanos e nos valores democráticos.

Os princípios e os benefícios da participação das crianças e jovens constituem uma via sustentável para transformar as sociedades, agindo como garantia dos direitos humanos, dos valores democráticos e do Estado de direito. O PAGPI ajuda a proteger e a promover o espaço cívico no atual contexto histórico (República Portuguesa, 2023[1]).



The background is a solid light blue. It features several thick, white, hand-drawn wavy lines that flow from the top left towards the bottom right, creating a sense of movement and fluidity. These lines vary in frequency and amplitude, resembling stylized waves or calligraphic strokes.

4. PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS: UMA ABORDAGEM PRÁTICA

Esta secção descreve sucintamente as condições necessárias e as estratégias recomendadas para promover a participação das crianças e dos jovens. A abordagem aqui seguida é, sobretudo, de natureza prática, procurando:



- Estabelecer os requisitos das iniciativas de participação das crianças e jovens, com base num modelo de referência.
- Ilustrar estratégias participativas a partir de exemplos de projetos e programas em diversos ambientes organizacionais de diferentes regiões de Portugal.
- Abordar a forma como as estratégias participativas podem ser adaptadas de acordo com os requisitos de idade, tendo em conta dois subgrupos etários: crianças (com idades compreendidas entre os 0 e os 9 anos) e jovens (com idades compreendidas entre os 11 e os 18 anos).
- Propor estratégias adicionais para as organizações promoverem ainda mais a participação das crianças e dos jovens no âmbito do PAGPI.

Quais são os requisitos para promover a participação das crianças e dos jovens?

São vários os modelos que descrevem a participação das crianças e dos jovens¹. O modelo mais difundido é o Modelo Lundy de Participação de Crianças, Jovens e Pais (Lundy, 2007[23]). O modelo representado na Figura 4.1 segue de perto a definição de participação das crianças e jovens do CRC e foi adotado pela Comissão Europeia como referência para a implementação da Garantia Europeia para a Infância (GPI) (UNICEF, 2021[24]).

¹Para ter uma noção da diversidade dos modelos de participação das crianças e jovens, consulte: <https://www.nonformality.org/wp-content/uploads/2011/07/Participation-Models-20110703.pdf>

Figura 4.1. O modelo Lundy de participação de crianças e jovens



Fonte: (Lundy, 2007[23])

O modelo de Lundy (2007) baseia-se nas quatro dimensões descritas abaixo, no Quadro 4.1. Estas dimensões estabelecem as «regras de ouro» para a realização de um projeto de participação de crianças e jovens, ou seja, os requisitos básicos para responder adequadamente às necessidades das crianças e dos jovens para expressarem os seus pontos de vista e serem reconhecidos por terceiros significativos (UNICEF, 2021[24]). Este modelo pode também oferecer perspectivas importantes para a participação dos jovens.

Quadro 4.1. As quatro dimensões do modelo Lundy de participação de crianças e jovens

● Espaço

O quê? As crianças e os jovens devem ter oportunidades seguras e inclusivas de formar e expressar os seus pontos de vista.	Evitar Locais que podem desencadear emoções negativas das crianças e dos jovens (por exemplo, serviços sociais).
Considerar Diferentes locais de acordo com os objetivos de participação: a casa das crianças e dos jovens, a escola, os centros comunitários, os parques infantis, outros locais ao ar livre. Vários tamanhos e configurações de grupo: grandes grupos (por exemplo, turmas); pequenos grupos; interações um-a-um.	 Espaços que não permitem a ação, a movimentação, a brincadeira – o conjunto completo de expressões que podem ser úteis para estimular a participação.

● Voz

O quê? Trabalhar na capacitação das crianças e incentivar a expressão das suas opiniões e pontos de vista.	Evitar Fornecer apenas uma forma de expressão.
Considerar Oferecer informações, em diferentes formatos (contactos com partes interessadas, pesquisa, formação) e através de diferentes canais (conversas, jogos, ferramentas <i>online</i>). Gerir limites e expectativas ao longo do processo. Dar tempo para formar uma opinião.	 Influenciar o pensamento das crianças e dos jovens ou impor uma visão. O processo de desenvolvimento de ideias deve ser apoiado e facilitado – mas não manipulado. Utilizar conceitos complexos e gíria nas fases de capacitação.

● Influência

O quê? Assegurar que as opiniões das crianças e jovens são levadas a sério e aplicadas, se pertinente.	Evitar Não fornecer feedback às crianças e aos jovens sobre os resultados alcançados com os processos de participação. Não gerir as expetativas quanto aos resultados e ao impacto dos projetos de participação. Não explicar as razões pelas quais os seus pontos de vista não foram tidos em conta
Considerar Recorrer a campanhas de comunicação e divulgação baseadas em várias ferramentas (por exemplo, redes sociais, campanhas de autocolantes e faixas publicitárias, folhetos) para sensibilizar para as necessidades e prioridades de crianças e jovens. Participar em ações de sensibilização, para chegar aos decisores e fazê-los considerar as opiniões das crianças e dos jovens de uma forma séria. Explicar às crianças e aos jovens de que forma as suas opiniões foram consideradas e quais foram os resultados.	

● Público

O quê? Garantir que os pontos de vista das crianças e dos jovens são comunicados a alguém com a vontade e a responsabilidade de os escutar.	Evitar Não ser transparente sobre os objetivos do processo de participação, tanto para as crianças e jovens, como para o público. Ignorar o envolvimento das diferentes partes interessadas nas fases relevantes de um processo participativo.
Considerar Incentivar as partes interessadas relevantes (pais, líderes locais, decisores) a participarem no processo. Adequar as visões das crianças e dos jovens às necessidades da comunidade, preparando simultaneamente o processo de participação.	

Como promover a participação das crianças e dos jovens?

A implementação das iniciativas de participação de crianças e jovens exige uma ponderação cuidada de alguns princípios e requisitos. Mais abaixo, este manual reflete sobre a forma de planear eficazmente esse tipo de iniciativas em quatro etapas: integração, capacitação, ação e disseminação. Esta abordagem gradual da execução dos projetos de participação de crianças e jovens é ilustrada através de vários exemplos de iniciativas nacionais.

Estes projetos foram selecionados para cobrir experiências em (1) diferentes regiões portuguesas; (2) diferentes faixas etárias (crianças com 0-9 anos e jovens com 10-18 anos); e (3) múltiplos domínios políticos (por exemplo, educação, inclusão social, saúde).



Integração

A integração corresponde ao momento em que é dada às partes interessadas a oportunidade e os recursos necessários (por exemplo, informação, dados e ferramentas digitais) para colaborarem em todas as fases do ciclo decisório e na conceção e prestação de serviços (OCDE, 2024[8]). Integrar crianças e jovens significa **proporcionar-lhes oportunidades para expressarem as suas opiniões e praticarem as suas competências em contextos da vida real, muitas vezes (mas não só) através da colaboração em grupo.**

O objetivo desta fase é reforçar a confiança de crianças e jovens e reconhecer que os seus esforços podem moldar os resultados desejados (Cardarelli et al., 2021[12]). Existem várias estratégias para promover a integração de crianças e jovens nos processos participativos. A Figura 4.2 apresenta alguns exemplos.



Figura 4.2. Integração: Exemplos práticos

Espaços de debate

As crianças e os jovens partilham as suas perspetivas sobre prioridades e colaboram com terceiros (por exemplo, professores) no planeamento, desenvolvimento e implementação das mudanças pretendidas. Estas técnicas envolvem uma facilitação por parte dos adultos, a escuta ativa e a criação de um espaço seguro.

Crianças em Participação (município do Funchal): Este projeto destina-se às crianças matriculadas no 1.º ciclo do ensino básico (normalmente com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos) e consiste em sucessivas rondas de reuniões participativas a nível de turma, escola e município. Estas reuniões participativas envolvem discussões e estratégias de votação e visam a implementação das melhores ideias, as quais serão financiadas pelo orçamento participativo da criança.

Para mais informações, visite <https://pem.funchal.pt/projeto-criancas-em-participacao-2023-2024/>

Narrativa

Os debates conducentes a processos participativos podem ser desencadeados pela narrativa. Estes podem ser mediados através da utilização de fantoches (especialmente com crianças mais novas) ou testemunhos/exemplos na primeira pessoa para ilustrar o tema em debate.

Projeto 3D (Caritas da Ilha Terceira): O projeto financiado pelo Município de Angra do Heroísmo destina-se a crianças de 6 a 9 anos de idade, provenientes de comunidades vulneráveis. A equipa conta histórias às crianças através de personagens originais que são «trazidos à vida» como fantoches. As histórias colocam dilemas morais e comunicam a necessidade de ação na própria comunidade infantil. Estas histórias são depois transformadas em atividades de participação (por exemplo, campanhas para melhorar a qualidade de vida nos próprios bairros).

Para mais informações, visite <https://acores.caritas.pt/projetos/3d-2/>

A vinheta seguinte ilustra a forma como o projeto «À volta das Conversas», promovido por um consórcio liderado pela Associação Between e financiado pela Direção-Geral de Saúde, usa uma estratégia de discussão específica: os Círculos de Cidadania². Estes círculos são um espaço de discussão que integra crianças entre os 10 e os 18 anos de idade, provenientes de grupos vulneráveis, nos processos participativos centrados em questões de saúde mental.

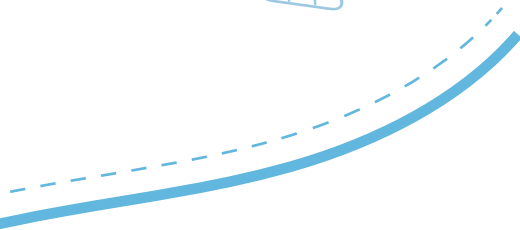
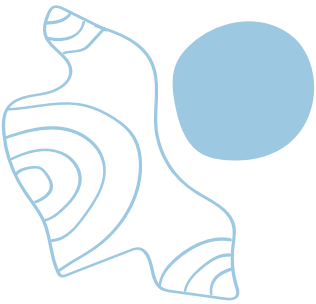
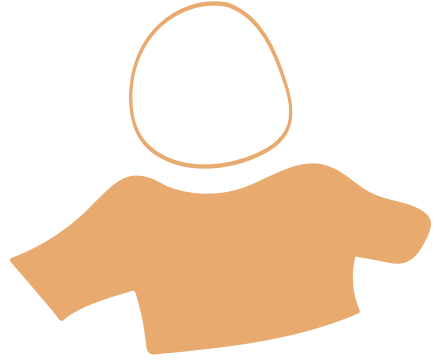
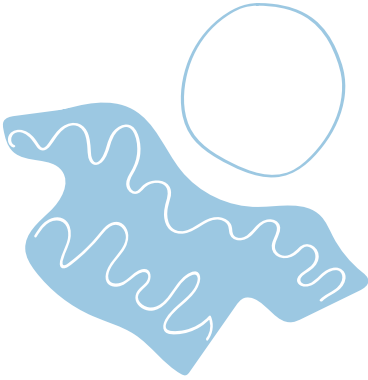
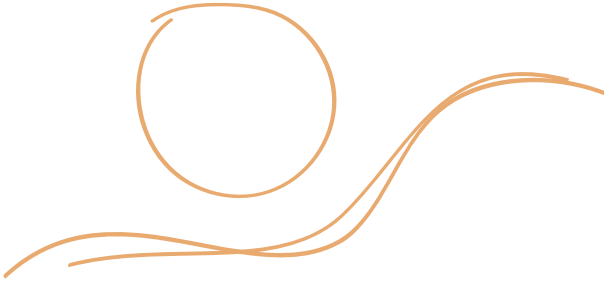
Os Círculos de Cidadania consistem na criação de círculos de 15 a 20 pessoas (crianças, jovens ou adultos), com dois facilitadores por círculo, de preferência a viver na mesma área geográfica. O principal objetivo destes círculos consiste em envolver as crianças e os jovens e criar espaços de debate, reflexão e planeamento de ações. Têm como finalidade melhorar as condições nas comunidades circundantes, considerando o bem-estar dos seus participantes. Estes círculos acontecem semanalmente e duram cerca de 90 minutos. Os Círculos de Cidadania permitem realizar sessões de

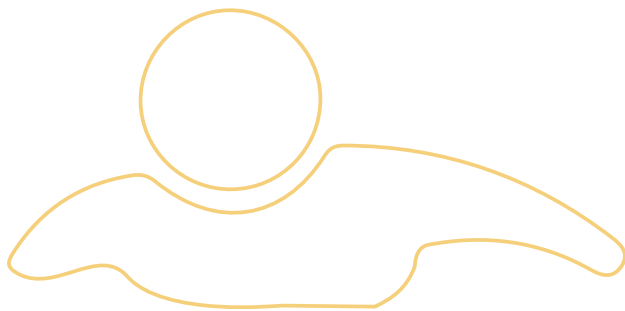
diagnóstico sobre a situação atual da comunidade relativamente ao tema principal, bem como levar a cabo sessões de acompanhamento conducentes à construção de um «sonho conjunto» rumo ao qual as pessoas querem evoluir juntas. Para facilitar esse processo, os Círculos de Cidadania são geralmente combinados com outras ferramentas participativas e dinâmicas colaborativas. Quando os círculos atingem um número significativo de participantes num determinado território, são escolhidos representantes dos mesmos para formar outro nível de debate. O seu funcionamento é regido pelo equilíbrio entre as opiniões individuais e as necessidades da sociedade. As decisões são tomadas por consenso.

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em informações fornecidas pelo gestor de projeto através de uma entrevista *online*.

² Para mais informações, visite <https://www.between.pt/projetos/a-volta-das-conversas>







Capacitação

Um elemento-chave para promover a participação de crianças e jovens é a sua capacitação. **A capacitação tem por base a acumulação de conhecimentos, a produção de conhecimentos e/ou o desenvolvimento de competências de crianças e jovens para atingir os objetivos de participação. Abrange igualmente a formação ou a preparação de adultos relativamente aos contextos de vida das crianças e jovens, no sentido de apoiar os seus direitos de participação.**

O desenvolvimento de competências é crucial porque proporciona os instrumentos necessários para que as crianças, os jovens e os adultos envolvidos no processo compreendam as nuances de uma prioridade específica e do próprio processo participativo. Evita também que os processos participativos sejam dispersos ou pouco claros, resultando em experiências dececionantes (Cardarelli *et al.*, 2021[12]; Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]).

A Figura 4.3 fornece uma lista de exemplos de capacitação que envolvem estratégias de aprendizagem, formação e investigação passíveis de serem utilizadas em projetos de participação de crianças e jovens (Foster-Fisherman *et al.*, 2010[25]; London J. K. *et al.*, 2003[26]; Wang e Burris, 1997[27]).

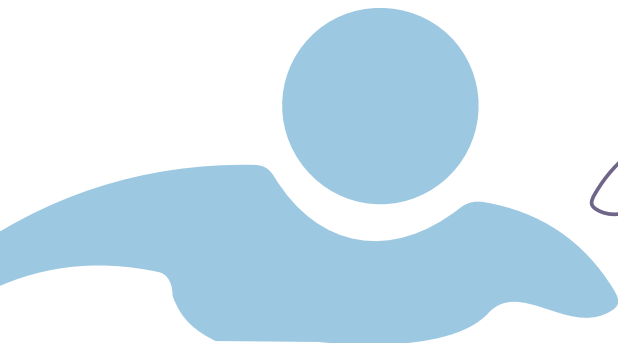
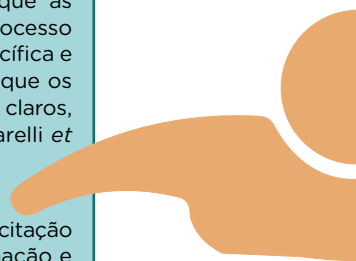


Figura 4.3. Capacitação: Exemplos práticos

Aprendizagem entre pares

Estratégia de aprendizagem e formação mútua que envolve participantes do mesmo nível envolvidos numa aprendizagem colaborativa. Resumindo, a aprendizagem entre pares ocorre quando um ou mais aprendentes ensinam outros aprendentes.

Escola de Superpoderes (Câmara Municipal do Porto/Transformers):

Programa de aprendizagem entre pares através de atividades de mentoria e voluntariado, destinado a jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos em instituições de acolhimento. O programa visa apoiar o desenvolvimento da cidadania, do empreendedorismo, das competências pessoais e sociais, ativar agentes de mudança social e cocriar projetos de impacto comunitário.

Para mais informações, visite

<https://www.cm-porto.pt/juventude-projetos/escola-de-superpoderes>



Formação das partes interessadas

Cursos de formação, workshops ou seminários para sensibilizar profissionais e outros adultos (por exemplo, pais) para os direitos de participação das crianças e respetivos processos de apoio.

Projeto JUS - Justiça para Crianças (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens):

Projeto cofinanciado pela Comissão Europeia no âmbito do programa Rights, Equality and Citizenship, procura promover a concretização do artigo 12.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, e ratificada em Portugal em 1990. O projeto inclui recursos para diferentes faixas etárias (3-6; 7-10; 11-14) e fornece materiais de formação para profissionais (educadores, assistentes sociais, animadores) sobre o direito de participação das crianças e jovens.

Para mais informações, visite <https://projeto12.pt/>



● Aprendizagem empírica

Processo de aprender pela prática. A integração de crianças e jovens em experiências práticas e no processo de reflexão ajuda-as a relacionar as suas prioridades e discussões com situações do mundo real. A aprendizagem empírica em processos participativos pode ser promovida através de viagens de estudo, observações em situação de trabalho, trabalho voluntário e outras atividades baseadas na experiência.

Projeto MALA VIP (Instituto de Apoio à Criança): O projeto centrou-se na exploração e sensibilização para os direitos humanos, envolvendo jovens vulneráveis, alguns deles em famílias de acolhimento, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos. O processo envolveu o desenvolvimento de um jogo e de vídeos destinados a tornar mais fácil e divertido entender os direitos humanos. Durante o processo de desenvolvimento dos vídeos, os participantes adquiriram diversas competências técnicas (escrita de guiões, maquilhagem, produção de vídeo e edição), realizando atividades como visitas de estudo à Rádio e Televisão Pública Portuguesa ou a outros estúdios ou trabalhando com profissionais na edição audiovisual.

Para mais informações, visite

<https://www.cm-porto.pt/juventude-projetos/escola-de-superpoderes>

● Photovoice

Photovoice é um método de pesquisa pelo qual as crianças e jovens (normalmente aqueles com poder limitado por motivos de pobreza, origem étnica ou classe social, entre outros) usam fotos ou vídeos para captar aspetos do seu ambiente e experiências com vista à sua partilha com outros. As imagens podem então ser usadas com legendas para trazer a público a realidade da vida das crianças e das suas comunidades e promover a mudança.

Garcia et al. (2023) (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto): documenta um exemplo completo da utilização do Photovoice na zona do Grande Porto. Através do método Photovoice, os participantes com idades entre 13 e 17 anos de idade provenientes de meios sociais vulneráveis foram convidados a pesquisar a realidade das suas comunidades, a observar e examinar minuciosamente os contextos e a representá-los visualmente.

Para mais informações, visite

<https://doi.org/10.1080/15575330.2022.2131860>

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em informações recolhidas através de entrevistas *online*, trocas de *e-mails* e consulta dos *sites* dos projetos indicados.

O exemplo que se segue ilustra a forma como vários processos de capacitação podem ser combinados numa iniciativa participativa. Destacamos o projeto Jovem Autarca, uma iniciativa do Município de Santa Maria da Feira que decorre desde 2014 e que visa desenvolver a cidadania ativa e a consciência cívica entre jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos de idade³.

O projeto Jovem Autarca tem por objetivo potenciar os comportamentos de cidadania ativa e de participação cívica, valorizando as opiniões, ideias e perspetivas dos jovens para o futuro.

O projeto é uma iniciativa que promove a eleição do Jovem Presidente e de dois vereadores, que representarão os jovens de Santa Maria da Feira por um ano. Podem candidatar-se todos os jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos que estudam e/ou residem no município de Santa Maria da Feira.

Após a realização de uma campanha eleitoral e de um processo de votação para a seleção do Jovem Autarca, todos os participantes são convidados a formar uma equipa e a participar num processo coletivo de tomada de decisão. Este processo envolve a gestão de um orçamento anual de 10.000,00€ e vai desde a discussão de medidas até ao planeamento e implementação das propostas acordadas. Durante o processo, são consideradas todas as ideias discutidas durante a campanha – mesmo aquelas que não foram selecionadas pelos estudantes no processo de votação.

O projeto assenta no desenvolvimento de competências dos participantes sobre



questões relacionadas com a cidadania, processos eleitorais e apresentação de ideias. Entre outras medidas, o projeto Jovem Autarca inclui uma formação residencial ao longo de um fim de semana sobre vários aspetos da vida política (por exemplo, contacto com os decisores, processos e regras eleitorais), uma visita à Assembleia da República de Portugal ou a participação dos candidatos no conselho juvenil local como observadores, no intuito de aprenderem com os pares e partes interessadas como funcionam as instituições.

³ Para mais informações, visite <https://cm-feira.pt/jovem-autarca>

Os esforços de capacitação baseados na investigação variam consideravelmente, desde a utilização de um único instrumento de investigação a abordagens de investigação globais baseadas nos esforços participativos das crianças e dos jovens. Isto significa também que a medida em que as crianças e jovens estão envolvidos em atividades participativas e orientadas para a investigação é muito diversa. Podem estar envolvidos numa única etapa do processo de investigação (por exemplo, na recolha de dados) ou em todas as fases desse mesmo processo, desde o planeamento da investigação até à elaboração e divulgação dos resultados (Foster-Fisherman et al., 2010[25]).

A caixa de texto abaixo ilustra o uso do modelo de investigação participativa (YPAR - *Youth Participatory Action Research*) em projetos de participação de crianças e jovens. O YPAR é uma abordagem de investigação que envolve ativamente crianças ou jovens em todas as fases do processo de investigação - conceção, recolha de dados, análise e divulgação dos resultados - focada nas questões que afetam diretamente as suas vidas e comunidades. Ao contrário dos processos de investigação tradicionais, em que crianças e jovens são muitas vezes sujeitos passivos ou participantes, o YPAR assenta na colaboração, na responsabilização e na tomada de decisões partilhadas (Foster-Fisherman et al., 2010[25]).

O exemplo apresentado tem por base o projeto *Dream Teens powered by Jovem Cascais*. Inspirado na rede Dream Teens, uma iniciativa da equipa do *Social Adventure Project*, o projeto incide nos jovens dos 11 aos 18 anos de idade³.



O **projeto Dream Teens** teve como objetivo empoderar os jovens dos 11 aos 18 anos e fazer com que as suas vozes fossem ouvidas na identificação das necessidades e problemas da sua geração, bem como definir estratégias para resolvê-los. O projeto resultou na criação de uma rede de 19 jovens que promovem a ação social e a participação dos jovens que vivem no concelho de Cascais, visando incentivar a sua participação, cidadania, liderança e aptidões de empreendedorismo social. O projeto foi executado durante a pandemia da COVID-19, o que significa que foi implementado quase inteiramente online.

O projeto seguiu uma metodologia de investigação-ação, incluindo as seguintes etapas: (1) abertura de um convite à participação liderado por três embaixadores naturais e residentes no concelho (voluntários carismáticos da Jovem Cascais); (2) divulgação do convite através de meios institucionais (por exemplo, escolas) e online, incluindo um documento de registo; (3) realização de uma conferência online para apresentar o projeto e a sua metodologia, bem como para agendar workshops online; (4) criação de um canal YouTube e de um grupo WhatsApp para permitir um maior e melhor contacto entre os participantes para recolher e debater as necessidades/problemas dos jovens participantes; (5) realização de um workshop online, com uma metodologia fundamentalmente ativa, com vista a desenvolver competências em matéria de investigação e empreendedorismo social. No final da formação, foi-lhes solicitado que apresentassem um projeto individual (por e-mail) nos 15 dias seguintes; (6) desenvolvimento dos projetos, com apoio contínuo da equipa de investigação e agendamento de encontros online com os jovens; (7) evento final de encerramento do projeto *Dream Teens powered by Jovem Cascais*⁴, no qual os projetos individuais foram apresentados e discutidos pela Jovem Cascais e por membros executivos da Câmara Municipal de Cascais.

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em informações fornecidas no sítio Web do projeto.

⁴ Para mais informações, visite <https://cm-feira.pt/jovem-autarca>

Ação

Em termos globais, a componente de ação de um processo participativo corresponde a traduzir a participação em resultados visíveis ou tangíveis.

Muitas vezes, através da ação coletiva, as crianças e os jovens desenvolvem um resultado tangível em consonância com os seus debates durante o processo participativo. Espera-se que a dimensão de ação da participação das crianças e dos jovens seja impulsionada por eles próprios, com os adultos a facilitarem o processo e a disponibilizarem recursos (Cardarelli et al., 2021[12]; Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]).

Os resultados podem assumir muitas formas diferentes. Os exemplos apresentados na Figura 4.4 são uma lista não exaustiva de estratégias adotadas por crianças e jovens para expressarem os seus pontos de vista num processo participativo.



Figura 4.4. Ação: Exemplos práticos

● Campanhas

Utilização de recursos tangíveis (por exemplo, brochuras, *outdoors*) ou *online*, em especial sítios Web e redes sociais e diversos formatos (por exemplo, vídeos de curta duração, publicações criativas, etc.), para a realização de campanhas de sensibilização ou de convites à ação.

Projeto ADN (Associação Fernão Mendes Pinto): Projeto financiado pela EEA & Norway Grants destinado a crianças e jovens, profissionais, prestadores de cuidados e membros da comunidade. O projeto centra-se no cumprimento das diretivas internacionais e nacionais para a promoção dos direitos das crianças em todos os sistemas de promoção e proteção de crianças e jovens. O projeto combina atividades de capacitação das crianças e dos jovens e dos profissionais da área educativa e social com campanhas de sensibilização para os direitos das crianças (por exemplo, direito a uma opinião, direito de brincar).

● Materiais didáticos

Desenvolvimento de materiais, seja em formatos físicos ou digitais, para sensibilizar ou permitir o desenvolvimento de competências de outros grupos de crianças e jovens sobre os tópicos selecionados por estes nos processos participativos.

Projeto Geração Online (Instituto de Apoio à Criança): O objetivo do projeto, definido pelos participantes com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, consistiu numa sensibilização para a segurança na Internet. Com base em estratégias de formação com profissionais e atividades de aprendizagem entre pares, os jovens produziram uma série de vídeos animados. Os vídeos concentraram-se em fornecer dicas para evitar três riscos principais: fraudes nas compras online, abuso *online* e uso de *sites* inseguros.

Para mais informações, visite
<https://afmp1977.webnode.pt/projeto-adn/>

Para mais informações, visite
<https://iacrianca.pt/projetos-transversais/justice-initiative-portugal/>



Programas abrangentes

Programas multicomponentes (por exemplo, programas de reforço de capacidades, desenvolvimento social e emocional, envolvimento da comunidade) que refletem princípios e resultados participativos em todas as atividades.

Academias Ubuntu (Instituto Padre António Vieira): O Ubuntu é uma filosofia aplicada internacionalmente que se concentra na pessoa e na sua singularidade e, ao mesmo tempo, propõe um caminho que todos são chamados a seguir: tornar-se uma pessoa. Em Portugal, o método Ubuntu tem sido aplicado em contextos escolares de todo o país em municípios como Coimbra, Gondomar, Matosinhos, Santa Maria da Feira ou Sintra, entre outros. Os participantes são crianças com idade a partir dos 6 anos. O projeto centra-se no desenvolvimento de cinco competências essenciais: Autoconhecimento, Autoconfiança, Resiliência, Empatia e Serviço. As três primeiras dimensões são mais individuais e as duas últimas mais relacionais e ligadas à participação.

Para mais informações, visite
<https://academialideresubuntu.org/pt/>

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em informações recolhidas através de entrevistas *online*, trocas de *e-mails* e consulta dos *sites* dos projetos indicados.

A vinheta a seguir mostra de que forma a ação das crianças culmina por vezes em recomendações ou manifestos. Estes são documentos produzidos por um grupo de crianças que visam públicos específicos, particularmente os que tomam decisões, apresentando sugestões ou um roteiro integral para promover uma mudança desejada numa comunidade. O exemplo fornecido é o *Project Designing Dialogues*, da Associação Contexto ⁵.



O principal objetivo do projeto Design Dialogue consistiu em promover a participação dos jovens, repartido em quatro fases/atividades principais: Laboratórios de Democracia, Laboratórios Sociais, Hackathon, e uma Conferência Final. O projeto culminou na produção de um Manifesto para aumentar, em quantidade e em qualidade, a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão e promover o desenvolvimento urbano sustentável. O Manifesto apresentou as opiniões e propostas dos jovens para a cidade de Faro, uma caracterização de como eles participam e recomendações de promoção da participação dos jovens resultantes das atividades do projeto. O documento visa ajudar os jovens, as organizações de juventude e o Município de Faro, entre outros, a promover um maior envolvimento dos jovens nos processos cívicos e democráticos locais.

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em informações fornecidas no sítio Web do projeto.

⁵. Para mais informações, visite <https://contextos.org.pt/designing-dialogue-capacitar-jovens-para-a-participacao-civica/>.

Divulgação e Implementação

A divulgação diz respeito à apresentação pública dos resultados por qualquer meio adequado, enquanto a implementação se refere à aplicação dos resultados do projeto com vista a alcançar os impactos desejados. Os processos de participação das crianças e dos jovens fecham o círculo quando os seus resultados são transmitidos à comunidade e às partes interessadas, procurando simultaneamente concretizar a sua visão.

As abordagens de divulgação e implementação em projetos participativos podem seguir objetivos muito distintos. Enquanto alguns projetos priorizam a colocação de um determinado tópico na agenda, outros vão um pouco mais longe, usando os resultados dos processos participativos para obter as mudanças estruturais ou legais desejadas. A Figura 4.5 sintetiza diferentes estratégias de divulgação e implementação nos processos participativos destinados a crianças e jovens.



Figura 4.5. Divulgação e implementação: Exemplos práticos

Exposições, espetáculos

Crianças e jovens decidem divulgar os resultados dos seus projetos organizando eventos para apresentar os resultados do seu processo participativo, como exposições, espetáculos ou similares.

Projeto 3D (Caritas da Ilha Terceira): Ao longo do ano letivo, as crianças e os jovens envolvidos no projeto 3D desenvolvem vários projetos colaborativos. A cada três meses, eles e os facilitadores coorganizam encontros com professores e pais para apresentar os resultados das suas propostas para melhorar a vida escolar e da comunidade. Esta é também uma oportunidade para adicionar *feedback* significativo dos adultos às iniciativas de participação e, assim, melhorar o impacto.

Para mais informações, visite
<https://acores.caritas.pt/projetos/3d-2/>

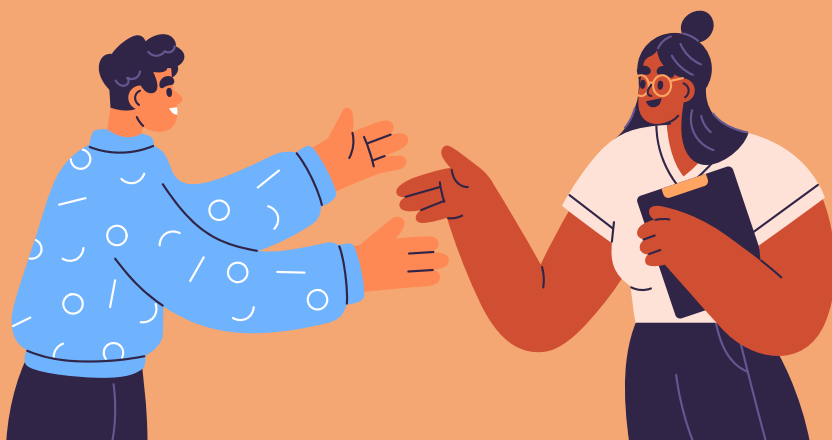
Sessões de feedback

A estratégia de divulgação pode incluir sessões com líderes comunitários, profissionais ou pais para a partilha de resultados, mas também para a obtenção de feedback de adultos experientes ou significativos para validar ou melhorar ainda mais os resultados do projeto.

Projeto Geração Online (Instituto de Apoio à Criança): O objetivo do projeto definido pelos participantes, a maioria dos quais com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, foi trabalhar na segurança da Internet. Na conclusão do projeto, os participantes organizaram sessões para apresentação dos vídeos e obtenção do feedback dos pais, mas também de profissionais que os ajudaram através de atividades de capacitação, entre os quais agentes da Polícia Judiciária.

Para mais informações, visite
<https://iacrianca.pt/projetos-transversais/justice-initiative-portugal/>

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em informações recolhidas através de entrevistas *online*, trocas de *e-mails* e consulta dos sites Web dos projetos indicados



Por vezes, a fase de divulgação e implementação envolve apresentações institucionais. Estas apresentações são feitas em contextos de tomada de decisão, tais como assembleias municipais, reuniões com autoridades regionais ou audições nos parlamentos regionais ou nacionais para influenciar mudanças na política de uma forma relevante e mais direta. O exemplo seguinte, a Assembleia de Crianças, um projeto promovido pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, reflete esta abordagem para atingir o público-alvo do projeto.

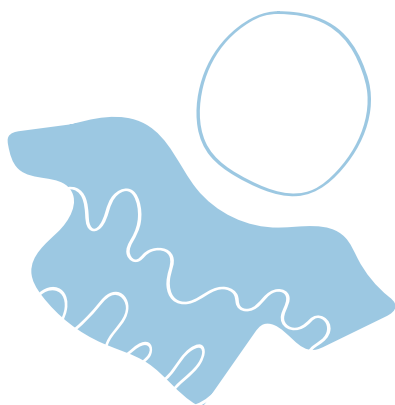
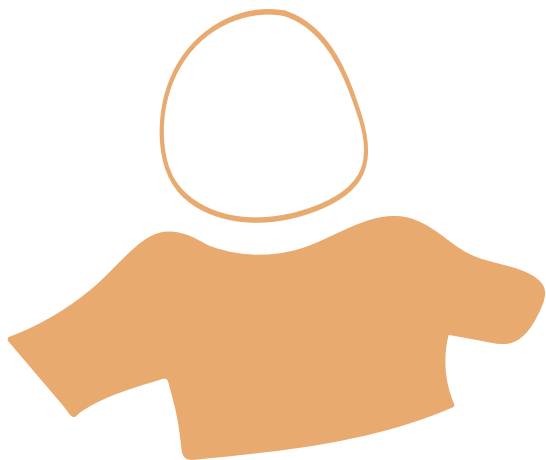
em Lisboa, promovendo simultaneamente a autoestima, o respeito pelo outro, a aprendizagem entre pares e a amizade. No final do ano letivo, numa cerimónia pública, as crianças apresentam as suas propostas ao presidente e aos diferentes departamentos da Câmara Municipal. As melhores propostas são financiadas e implementadas pelo Município. A Assembleia de Crianças tem as crianças como protagonistas e agentes de mudança, são elas que tomam as decisões em todas as etapas do projeto. Este projeto é visto como uma preparação para o Projeto Jovem Autarca.

A Assembleia de Crianças é um projeto de cidadania da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Desenvolvido em 2006, envolve anualmente cerca de 250 crianças de 6 a 9 anos de idade integradas em 12 turmas de diferentes escolas do município. Ao longo do ano letivo, as crianças reúnem-se regularmente de acordo com um formato de assembleia para desenvolver propostas que correspondam às necessidades da sua comunidade local, normalmente sob um tópico principal específico selecionado para cada edição. Guiado pela educação não formal, o projeto inclui formação em domínios específicos como a democracia, a liberdade de expressão, o processo de votação e uma visita à Assembleia da República,

Fonte: Desenvolvido pelo autor com base em informações fornecidas pelo gestor de projeto através de uma entrevista online e da troca de e-mails.

A multiplicidade de estratégias mapeadas em vários projetos implementados em Portugal pode ser reposicionada e reinterpretada de acordo com o modelo de Lundy (Lundy, 2007[23]). Quadro 4.2 segue esta abordagem, oferecendo simultaneamente sugestões sobre o desenvolvimento de um processo participativo nas quatro dimensões do modelo.





Que estratégias podem as organizações utilizar para promover a participação das crianças e dos jovens no âmbito do PAGPI?

O PAGPI é um quadro político que visa um objetivo muito ambicioso: assegurar que todas as crianças e jovens tenham acesso a serviços essenciais, contribuindo assim para a promoção dos seus direitos, a luta contra a pobreza infantil e a promoção da igualdade de direitos entre todas as crianças. O alcance e o âmbito desta ambição exigem uma abordagem de governança integrada.

A governança integrada engloba uma colaboração intersetorial entre diferentes áreas governativas, bem como entre os serviços públicos, o setor social e organizações privadas (Christensen, 2015[22]). Ao mesmo tempo, a implementação de políticas associadas ao PAGPI exige a coordenação entre os diferentes níveis de tomada de decisão (nacional, regional, intermunicipal e municipal). Assim, o PAGPI é ancorado numa cultura de colaboração envolvendo múltiplas partes interessadas e interações.

Em ambientes institucionais complexos, **existe o risco de as crianças e os jovens serem vistos apenas como beneficiários das diferentes políticas e programas emitidos no quadro do PAGPI, em vez de serem protagonistas de um processo de mudança.** Aumentar a adoção de estratégias de participação de crianças e jovens por parte de uma organização requer uma abordagem a vários níveis que integre tanto a mudança da cultura organizacional como a implementação prática (Lefevre, 2018[28])

A Figura 4.6 apresenta uma visão panorâmica de algumas estratégias para promover a participação das crianças e jovens a nível organizacional. Estas estratégias estão em consonância com a visão do PAGPI e incluem ligações a exemplos ou recursos de iniciativas práticas.

Figura 4.6. Estratégias organizacionais para promover a participação de crianças e jovens

Liderança

Ação: Os líderes organizacionais devem comprometer-se claramente com as estratégias de participação das crianças e dos jovens, dando-lhes prioridade nas políticas organizacionais, no financiamento e na tomada de decisões. Quando os direitos das crianças e dos jovens e as práticas participativas têm o apoio dos mais altos cargos de liderança, essa atitude dá o mote a toda a organização.

Sugestões e Exemplos: A sua organização já nomeou um «campeão» para liderar e defender a participação de crianças e jovens em todos os níveis da instituição? Ou integrou dirigentes juvenis ou embaixadores nas suas iniciativas? Por exemplo, o **Projeto CONEXIO** identificou jovens «campeões» na comunidade para promover a participação de crianças e jovens e garantir um número consistente de atividades focadas nas prioridades dos participantes, chegar aos pares e defender os seus direitos com os líderes locais (por exemplo, Juntas de Freguesia).

Capacitação

Ação: Proporcionar formação para o pessoal a todos os níveis, desde a liderança até. Aos técnicos no terreno, a fim de reforçar a sua compreensão dos direitos das crianças e jovens e da importância da participação. Tal deve incluir instrumentos práticos para envolver as crianças e os jovens nos processos de tomada de decisão e criar espaços seguros para que possam expressar os seus pontos de vista.

Sugestões e Exemplos: As iniciativas de investigação aplicada são excelentes oportunidades para melhorar as competências do pessoal em matéria de participação das crianças e jovens. Tomemos como exemplo o **projeto PARTICIPA**. Esta iniciativa foi financiada pelo programa Erasmus+ e desenvolvida por um consórcio constituído pelo Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, pela Universidade Aberta Helénica, Odisee, pela Universidade de Varsóvia, pelo Instituto Politécnico do Porto e pela Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI). O projeto PARTICIPA utilizou

uma abordagem de desenvolvimento profissional a vários níveis, com o objetivo de apoiar os educadores de jardim de infância na prestação de educação infantil de elevada qualidade, reforçando os seus conhecimentos, atitudes e competências para se envolverem em trabalhos de equipa construtivos tendentes a desenvolver, implementar e acompanhar a participação das crianças em salas de atividade e jardins de infância.

Para mais informações, visite
<http://child-participation.eu/>

Integração da voz das crianças e jovens

Ação: Incorporar a participação das crianças e dos jovens diretamente nos processos e políticas centrais da organização. Este processo pode incluir a consulta às crianças e aos jovens na concepção, avaliação e monitorização do programa, de modo a garantir que as suas perspetivas são consideradas nas decisões tomadas.

Sugestões e Exemplos: Dispõe de um conselho consultivo para incluir as perspetivas das crianças e dos jovens nas atividades e serviços? A sua comunidade criou fóruns que oferecem regularmente as perspetivas das crianças e dos jovens antes da tomada de decisões?

Estes são apenas alguns exemplos de como integrar as perspetivas das crianças e dos jovens em contextos organizacionais. O **Município de Santa Maria da Feira**, através dos seus projetos Assembleia de Crianças e Jovem Autarca, disponibilizou recursos e espaços (por exemplo, a apresentação anual de propostas à Assembleia Municipal) que fazem parte integrante da sua agenda anual. Estes projetos e os seus fóruns públicos estão em curso há quase 20 anos.

Colaboração (inter)nacional

Ação: Estabelecer parcerias com organizações ou peritos especializados nos direitos e na participação de crianças e jovens para a partilha de melhores práticas e criação de redes. As parcerias externas podem fornecer apoio técnico e recursos e sensibilizar para o reforço da legitimidade e sustentabilidade das estratégias de participação.

Sugestões e Exemplos: A sua organização considerou a possibilidade de contactar as organizações nacionais para obter aconselhamento? Por exemplo, a Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e a Protecção das Crianças e dos Jovens (CNPDPJ) publicou recentemente um Livro Branco sobre a participação da criança. Todo o processo implementado pela CNPDPCJ pode proporcionar valiosos pontos de aprendizagem e estimular a colaboração.

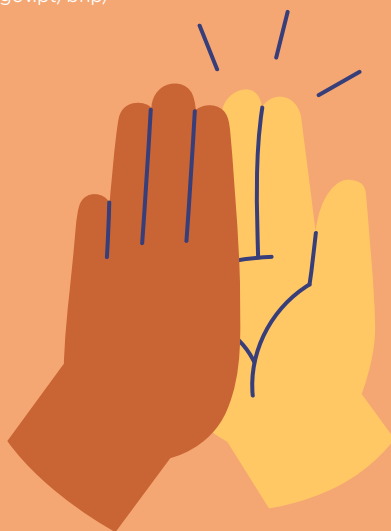
Para mais informações, visite <https://bibliografia.bnportugal.gov.pt/bnp/bnp.exe/registo?2151420>

O Instituto Português para o Desporto e a Juventude (IPDJ) disponibiliza igualmente vários programas que podem constituir um bom ponto de partida para a promoção da participação das crianças e dos jovens:

Para mais informações, visite <https://ipdj.gov.pt/programas>

Além disso, considerou a possibilidade de colaborar a nível internacional em questões relativas à participação das crianças e dos jovens?

Grupos de sensibilização ou grupos de reflexão, como a Youth Partnership, proporcionam múltiplos recursos e formação aos animadores juvenis para questões de participação. Os programas de financiamento e cooperação, como o Erasmus+, são instrumentos valiosos para aprender com outros a nível internacional sobre iniciativas de participação.



Acompanhamento, avaliação e partilha

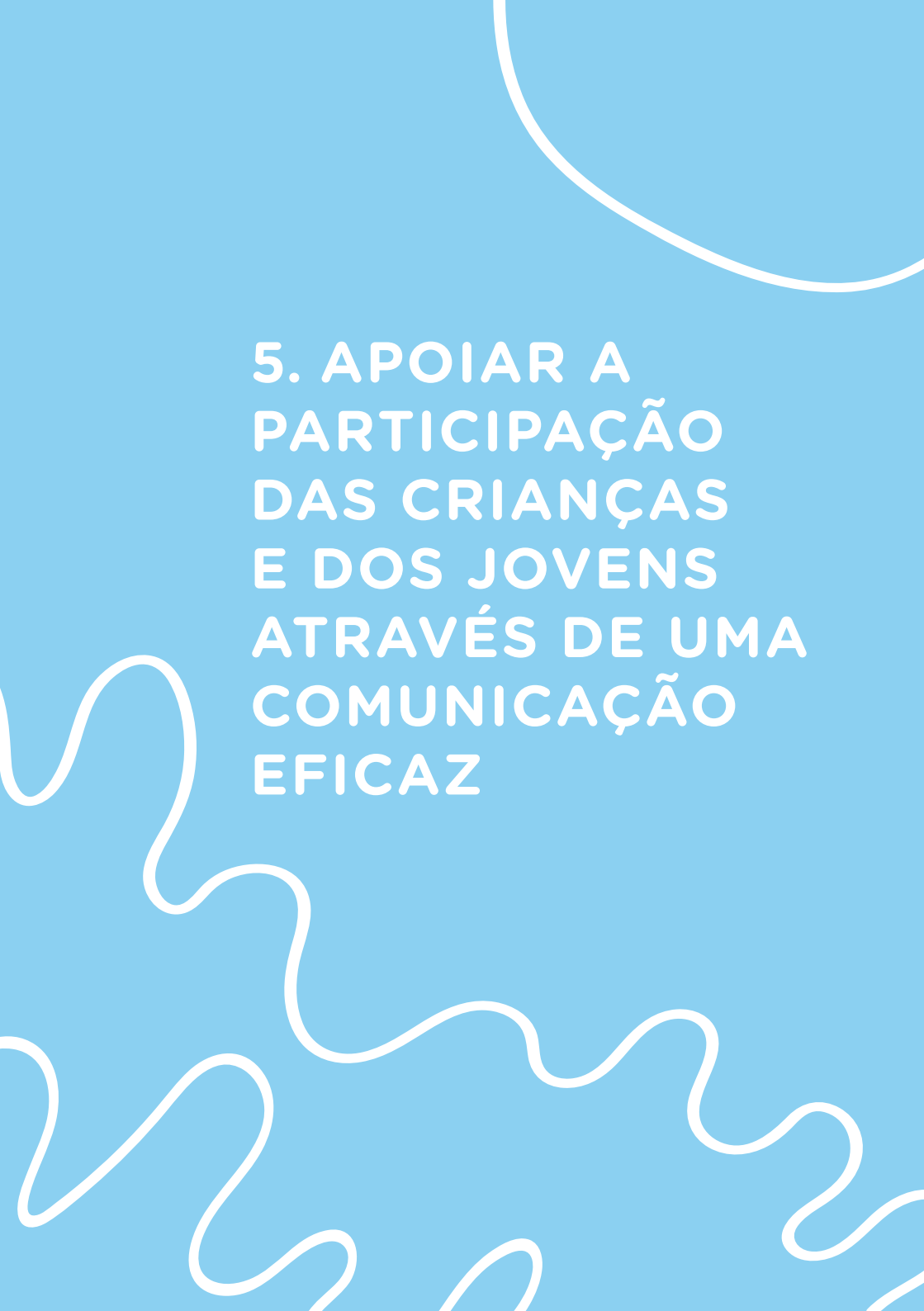
Ação: Monitorizar e avaliar regularmente o impacto da participação de crianças e jovens e partilhar histórias de sucesso, bem como lições aprendidas dentro e fora da organização. Isto ajuda a construir uma cultura de responsabilização e melhoria contínua, demonstrando ao mesmo tempo o valor da participação das crianças e dos jovens.

Sugestões e Exemplos: A sua organização realiza uma avaliação de impacto das iniciativas de participação de crianças e jovens? Inclui a voz das crianças e dos jovens nos processos de acompanhamento e avaliação?

A divulgação das iniciativas oferece espaço suficiente para os testemunhos de crianças e jovens? A avaliação é uma oportunidade e não uma formalidade! O projeto «À volta das Conversas» incide na avaliação e partilha da sua produção de impacto. O projeto está particularmente interessado em garantir o reconhecimento social dos resultados com vista a aumentar a participação de mais jovens. Para isso, é realizada uma avaliação de impacto combinada com estratégias de divulgação, como campanhas em redes sociais, relatos na primeira pessoa ou testemunhos e narrativas.

Para mais informações, visite <https://www.between.pt/projetos/a-volta-das-conversas>





5. APOIAR A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS E DOS JOVENS ATRAVÉS DE UMA COMUNICAÇÃO EFICAZ

A comunicação é o processo humano de **alcançar um entendimento partilhado ou criar algo em comum**. A comunicação humana combina a comunicação analógica, correspondente à sua dimensão relacional composta por mensagens não verbais, com a comunicação digital, pertencente ao conteúdo e composta por mensagens verbais e escritas organizadas de acordo com códigos de linguagem (Alarcão, 2000[29]).

A comunicação constitui um elemento fundamental dos processos de participação das crianças e dos jovens. A participação das crianças e dos jovens é promovida através de múltiplos elementos de comunicação, como a audição, a interpretação, a discussão, os (des)acordos ou o *feedback*.

A comunicação eficaz é, em grande medida, o principal motor dos processos participativos bem-sucedidos. Os seus benefícios estão amplamente documentados na literatura e incluem uma melhoria do desenvolvimento emocional, o fortalecimento das relações e um maior bem-estar, traduzindo-se em taxas mais baixas de ansiedade e depressão ou numa maior empatia, para mencionar apenas alguns deles (Lefevre, 2018[28]).



Princípios de comunicação na participação das crianças e dos jovens

Uma comunicação eficaz obedece a dois princípios essenciais no contexto da participação de crianças e jovens:

O processo de comunicação deve centrar-se na pessoa: os processos participativos baseiam-se na forma preferida da criança ou do jovem de partilhar a sua opinião, o que significa que os facilitadores devem ser flexíveis, proporcionar múltiplas formas de expressão, ser criativos (O'Reilly and Dolan, 2016[31]). Bannister e Huntington (2002[32]) descrevem este princípio de uma forma muito simples:

Seguir, em vez de pensar sempre que podemos ou devemos liderar; escutar ativamente em vez de falar sempre; envolver-nos com as crianças e os jovens nos seus termos e não apenas nos nossos; sermos respeitosos com o que podem fazer em vez de nos concentrarmos largamente no que não podem fazer (aplicar o modelo do défice do desenvolvimento infantil); ou trazer a nossa criatividade e conhecimento às interações que temos com elas, são todos exemplos de rotas para interações centradas nas crianças e nos jovens.

O processo de comunicação deve permitir a cooperação: o processo baseia-se principalmente numa abordagem dialógica orientada pela empatia, inclusão, curiosidade e exploração, em oposição a uma abordagem dialética, baseada em argumentos e persuasão para encontrar um terreno comum. A ênfase numa abordagem dialógica da comunicação nos processos participativos tem potencial para aumentar a reciprocidade e promover a capacidade de ação das crianças e dos jovens, valorizando simultaneamente os elementos de comunicação verbal e não verbal (Ruch, G. *et al.*, 2020[32]).



Reconhecer a centralidade e os benefícios da comunicação nos processos participativos são duas etapas necessárias para a criação de iniciativas de participação mais eficientes e gratificantes. Além disso, várias estratégias e técnicas de comunicação podem conduzir mais facilmente a iniciativas bem-sucedidas de participação de crianças e jovens. O Quadro 5.1 enumera algumas dessas estratégias (Lefevre, 2018[28]; Ruch, G. *et al.*, 2020[32]; Bannister e Huntington, 2002[31]).

Quadro 5.1. Estratégias de comunicação para melhorar a participação de crianças e jovens

ADAPTAR

O quê?

Adaptar: Os processos de participação das crianças e dos jovens devem promover o método de comunicação preferido das crianças e dos jovens. Isso significa considerar diferentes abordagens e oferecer diferentes opções de envolvimento e comunicação (por exemplo, brincar, artes, discussões guiadas), garantindo também a sua adequação à idade.

Porquê?

A adaptação assegura que os processos participativos são centrados nas crianças ou nos jovens, são inclusivos e mobilizam os pontos fortes e as competências das crianças e dos jovens.



Como?

Coloque-se fisicamente ao nível da criança: Recolha informações sobre as crianças ou os jovens que participam no processo.

Ouçá mais do que uma perspectiva: Às vezes, as organizações (por exemplo, as escolas) transmitem mensagens tendenciosas ou imprecisas sobre os participantes, com base em défices. Tente compreender as características do grupo a partir de várias perspetivas.

Reconheça os seus próprios preconceitos: Envolver outros facilitadores no processo para adaptar a estratégia de participação e a forma como ocorre a comunicação.

Verifique se alguma das crianças ou algum dos jovens participantes tem requisitos específicos que afetem a comunicação: Podem existir questões linguísticas, culturais, socioeconómicas, cognitivas ou físicas que tenham de ser consideradas.

Teste as estratégias e esteja preparado para as ajustar: É provável que seja necessário ajustar o estilo de comunicação ao longo do percurso para ser mais eficaz.

OUVIR

O quê?

Ouvir: A participação das crianças e dos jovens decorre da consulta dos participantes, da audição e do reconhecimento das suas opiniões e pontos de vista, utilizando simultaneamente os métodos adequados para ouvir todos, de acordo com as características e necessidades de qualquer criança e jovem.

Porquê?

Ouvir é a base de qualquer processo participativo. Ao ouvir, garante-se que as perspetivas das crianças e dos jovens são tidas em conta desde o início e em todas as fases do processo; a qualidade das decisões é melhorada; é implementada uma verdadeira cultura de colaboração; as crianças e os jovens são agentes de mudança.

Como?

Coloque-se fisicamente ao nível da criança: Dobre-se ou sente-se para se colocar ao nível dos olhos da criança. Isso faz com que a interação seja mais íntima e mostra que está totalmente empenhado em ouvi-la. Relativamente às crianças mais novas, isso também pode ajudá-las a sentirem-se mais confortáveis para se abrirem.

Utilize pistas não verbais: Mostre que está a ouvir mantendo contacto visual (sem olhar fixamente), acenando com a cabeça ou usando expressões faciais que reflitam interesse e compreensão. As crianças e os jovens utilizam a linguagem corporal, pelo que a sua atenção pode ajudá-los a sentirem-se ouvidos e validados.

Parafraseie ou repita aquilo que as crianças ou os jovens disseram: Para garantir que compreendeu, resuma nas suas próprias palavras aquilo que os participantes disseram. Isto mostra-lhes que está a processar ativamente as suas emoções e os seus pensamentos.

Evite interromper: Deixe as crianças e jovens falarem sem lhes cortar a palavra, mesmo que pense que sabe o que vão dizer. Se interromper, poderá fazê-los sentir que a sua voz não importa. Espere até que terminem de falar para lhes responder, mostrando respeito pelos seus pensamentos.

Faça perguntas abertas: Quando usar estratégias de debate, em vez de perguntas com respostas «sim» ou «não», faça perguntas abertas para encorajar as crianças e os jovens a uma maior partilha. Isso promove uma comunicação mais profunda e ajuda os participantes a expressarem-se mais plenamente.



RELACIONAR

O quê?

Relacionar: Crie um ambiente seguro, baseado em relações previsíveis, confiáveis, respeitosas e cuidadosas com facilitadores e colegas.

Porquê?

As relações positivas incentivam a expressão de opiniões, aumentam a capacidade de ação individual e promovem comportamentos cooperativos. Oferecem também um modelo para o modo como diferentes públicos podem ser visados.

Como?

Crie um ambiente seguro e inclusivo:

Estabeleça expectativas claras de respeito e inclusão desde o início, modele comportamentos positivos e incentive a diversidade nas contribuições. Tal pode implicar controlos regulares para assegurar que todas as crianças e todos os jovens se sintam ouvidos e valorizados e que participem ativamente no processo de tomada de decisões.

Incentive a colaboração:

Crie atividades que exijam cooperação, como a resolução de problemas em grupo, tarefas criativas conjuntas ou exercícios de interpretação de papéis. Certifique-se de que os participantes tenham a oportunidade de assumir diferentes papéis dentro do grupo, permitindo-lhes interagir com vários pares e desenvolver laços mais fortes.

Ofereça oportunidades de liderança e responsabilidade:

Ofereça às crianças e aos jovens papéis de liderança adequados à idade, como líder de grupo, gestor de projetos ou moderador de debates. Incentive-os a assumirem responsabilidades por tarefas específicas e a apoiarem-se mutuamente na consecução de objetivos comuns.



REPETIR E AJUSTAR

O quê?

Repetir e Ajustar: A comunicação em iniciativas participativas envolvendo crianças e jovens deve incluir espaço para comunicação sobre o próprio processo e os seus resultados, visando assim uma melhoria contínua. As crianças e os jovens oferecem informações abundantes e valiosas sobre a forma de melhorar as estratégias de comunicação e participação.

Porquê?

Os projetos mais eficazes reconhecem os riscos de comunicação, previnem e atenuam os seus efeitos, são flexíveis (aceitando que, até certo ponto, o processo inclui uma abordagem de tentativa e erro) e aperfeiçoam continuamente a sua abordagem.

Como?

Reações multilaterais construtivas:

Conceba as atividades de modo a incluir pontos de reflexão sobre a forma como as atividades estão a ser conduzidas (o que está a correr bem, o que precisa de ser melhorado), envolvendo todas as partes interessadas - crianças e jovens, facilitadores, público (por exemplo, pode ser utilizado um diário de campo para tomar notas ou fazer resumos sobre o processo).

Ritualize e repita:

Tente criar um ambiente e um conjunto de atividades previsíveis. Isto é particularmente importante para tranquilizar as crianças mais novas e os participantes provenientes de meios mais vulneráveis. O uso de rituais (por exemplo, um grito de alerta para abrir a sessão ou um momento de *feedback* do porta-voz do grupo para encerrar uma atividade) é uma boa maneira de aumentar a segurança nos espaços de participação.

Resuma, resuma, resuma:

Certifique-se de que inclui atividades para rever e recapitular regras, próximas etapas ou responsabilidades individuais/de grupo (por exemplo, *debriefings*, pontos de discussão, sínteses).

Gira as expetativas:

Promova frequentemente atividades com crianças e jovens para discutir e regular expetativas, tanto em relação ao processo quanto aos resultados (por exemplo, a exposição de um cronograma gráfico na sala de reuniões habitual pode indicar quanto do projeto foi alcançado e o que ainda está a faltar).

Uma comunicação eficaz no contexto da participação das crianças e dos jovens exige uma atenção específica e abordagens orientadas para os que pertencem a grupos vulneráveis, nomeadamente com base na raça e na etnia (por exemplo, comunidade cigana), no estatuto de migrante ou no grau de (in)capacidade.

O Quadro 5.2 enumera algumas estratégias de comunicação para cada uma das dimensões indicadas no Quadro 5.1, destinadas a facilitar a comunicação e a integração em projetos participativos de crianças e jovens de grupos desfavorecidos e sub-representados. A integração de crianças e jovens de grupos vulneráveis obriga também a uma coordenação, desde o início, com as instituições públicas cujo mandato consiste na promoção dos direitos e na proteção desses grupos.



Quadro 5.2. Estratégias de comunicação para promover a participação de crianças e jovens de grupos desfavorecidos e sub-representados

O quê?

Adaptar: Os processos de participação orientados para crianças e jovens vulneráveis devem incluir ações para acomodar o método de comunicação preferido de cada criança, garantindo assim a acessibilidade e a inclusão.

Como?

Crianças e jovens migrantes: Forneça recursos multilingues, intérpretes e ajudas visuais para ajudar aqueles com proficiência limitada na língua dominante.



Crianças e jovens de etnia cigana: Use histórias, música e atividades interativas que se alinhem com as tradições culturais do povo cigano.

Crianças e jovens com necessidades especiais: Verifique as necessidades específicas antes da execução do projeto. Ofereça métodos de comunicação alternativos, tais como língua gestual, Braille, dispositivos CAA (comunicação aumentativa e alternativa) e linguagem simplificada.

O quê?

Ouvir: A escuta deve basear-se em estratégias cultural e fisicamente sensíveis para garantir que todas as crianças e todos os jovens são ouvidos, reconhecidos e valorizados de uma forma genuína.

Como?

Crianças e jovens migrantes: Nas sessões, reserve especificamente algum tempo para que estes participantes partilhem as suas próprias experiências associadas ao tópico. Crie grupos de debate liderados por pares onde possam expressar-se no seu próprio idioma.

Crianças e jovens de etnia cigana: Conduza conversas informais e de criação de confiança para incentivar a partilha voluntária, evitando configurações excessivamente formais.

Crianças e jovens com necessidades especiais: Utilize sessões individuais ou tecnologias de apoio para obter opiniões de uma forma que se adequa às suas necessidades.

O quê?

Relacionar: Crie um ambiente seguro, previsível e respeitoso, em que as crianças e os jovens oriundos de meios vulneráveis se sintam valorizados e apoiados. Os facilitadores precisam de estar conscientes da existência de questões culturais relacionais sensíveis, além de precisarem de competências para a diversidade e a inclusão.

Como?

Crianças e jovens migrantes: Atribua mediadores ou mentores culturais que compreendam os seus antecedentes e experiências e ajudem a facilitar ou a cofacilitar as atividades de participação. Neste contexto, o aconselhamento intepares pode ser muito útil.

Crianças e jovens de etnia cigana: Pondere a realização de atividades preparatórias destinadas apenas aos líderes da comunidade cigana, começando por estabelecer uma relação de confiança antes de iniciar o processo de participação. Envolver estes líderes como facilitadores das comunidades ciganas nas atividades destinadas a reforçar a confiança e a relevância cultural. Assegure-se de que estes facilitadores desempenham um papel de liderança nas suas comunidades, de modo a poderem ajudar a preparar outras fases do processo de uma forma mais eficiente e eficaz (por exemplo, a divulgação dos resultados).

Crianças e jovens com necessidades especiais: Forneça formação aos facilitadores em matéria de estratégias de comunicação inclusivas e de sensibilização para a deficiência com vista a criar um espaço acolhedor.



O quê?

Repetir & Ajustar: Os processos de comunicação devem incluir um feedback contínuo sobre o processo de participação, garantindo flexibilidade e capacidade de resposta às necessidades pendentes ou evolutivas das crianças e dos jovens.

Crianças e jovens migrantes: Faça verificações regularmente para ajustar o apoio linguístico de acordo com a sua evolução. Se necessário, integre os participantes em pequenos momentos de feedback individual ou de grupos pequenos.

Crianças e jovens de etnia cigana: Adapte as atividades de integração com base no *feedback* recebido, criando espaço para o envolvimento cultural e familiar.

Crianças e jovens com necessidades especiais: Efetue avaliações periódicas com crianças, jovens e cuidadores para ajustar a acessibilidade e os métodos de participação.

Fontes: UNICEF (2018). *Every Child's Right to be Heard: A Resource Guide on the UNCRC General Comment No.12*; Concelho da Europa (2020). *Listen, act, Change: Council of Europe Handbook on children's participation for professionals working for and with children*. <https://rm.coe.int/publication-handbook-on-children-s-participation-eng/1680a14539>.



Uma comunicação eficaz no contexto da participação das crianças exige que se preste especial atenção à utilização de estratégias de comunicação adaptadas à idade. O Quadro 5.3 enumera alguns requisitos de comunicação para crianças com menos de 10 anos e jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, repartidos por dimensões-chave.

Quadro 5.3. Participação de crianças e jovens: Estratégias de comunicação adequadas à idade

● **Desenvolvimento cognitivo**

Crianças (0-9 anos):

Concentre-se em ideias concretas e orientações claras.

Promova experiências mais imediatas.

Ofereça mais orientação e esclarecimentos ao implementar discussões de grupo.

Jovens (10-18 anos):

Forneça espaço para a consideração de múltiplas perspetivas e nuances em discussões.

Crie oportunidades de debate ou apresentação pois os jovens tendem a mostrar maior interesse e possuem as habilidades cognitivas necessárias para discussões mais diferenciadas.

● **Desenvolvimento social e emocional**

Crianças (0-9 anos):

Promova a integração com base em interesses pessoais.

Proporcione maior orientação para a compreensão dos interesses de outras crianças.

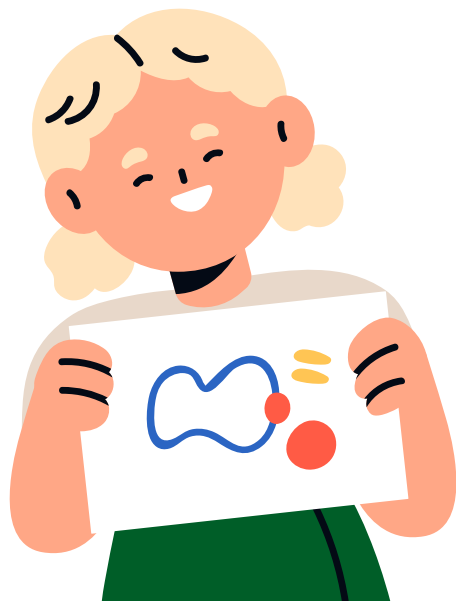
Aproveite todas as oportunidades para incentivar as crianças a expressarem as suas opiniões e valide-as.

Jovens (10-18 anos):

Crie atividades com um forte enfoque no relacionamento entre pares, nas normas sociais e no desejo de aceitação social.

Crie espaço para gestão das emoções na comunicação, através de uma maior sintonia com sinais do foro emocional.

Use diferentes estilos de comunicação para explorar a melhor maneira de alcançar diferentes grupos e diferentes participantes dentro de um grupo.



● Dinâmicas de grupo

Crianças (0-9 anos):

Providencie uma abordagem mais estruturada para promover o seu envolvimento nos processos de tomada de decisão (por exemplo, clarificando e repetindo regras e procedimentos para a tomada de decisões).

A tomada de decisões em colaboração implica formas alternativas de preparar o consentimento ou o consenso (por exemplo, abordagens de jogo e de brincadeira).

Jovens (10-18 anos):

Incentive a assunção de papéis de liderança e a autonomia.

Proporcione oportunidades para desafiar a autoridade ou as perspectivas dominantes em ambientes de grupo (por exemplo, procure que todos participem ou tenham o espaço certo para participar, especialmente os mais vulneráveis; use a interpretação de papéis para fomentar o entendimento das perspectivas dos outros).

● Utilização da linguagem

Crianças (0-9 anos):

Implemente estratégias não convencionais para expressar claramente ideias ou pensamentos complexos (por exemplo, através da arte ou da narração de histórias), evitando assim barreiras devidas ao vocabulário e à gramática.

Preste atenção à comunicação visual ou não verbal (por exemplo, gestos, expressões faciais), a qual é a mais relevante em idades precoces.

Jovens (10-18 anos):

Aceite o uso de gíria e linguagem figurativa.

Utilizando abordagens de debate (por exemplo, discussões, assembleias), crie espaço para a análise de ideias, emoções e conceitos abstratos mais complexos.



● Dinâmicas de poder

Crianças (0-9 anos):

A comunicação deve evitar a tendência das crianças mais jovens para se apoiarem nos facilitadores adultos (por exemplo, utilizando formas indiretas de comunicação, como a narração de histórias, jogos ou artes, para tomar decisões).

Jovens (10-18 anos):

A comunicação deve transmitir um maior desejo de independência e uma sensação de poder evolutiva dentro dos grupos sociais (por exemplo, reduzindo gradualmente a sua intervenção como facilitador, atribuindo papéis de liderança, delegando tarefas).

● Comunicação não verbal

Crianças (0-9 anos):

Use comunicação não verbal (por exemplo, expressões faciais, gestos e linguagem corporal) de forma estratégica, especialmente no caso de crianças com dificuldades de expressão verbal.

Tome nota de algumas pistas físicas evidentes, como brincar ou procurar proximidade com um colega ou um adulto de confiança.

Jovens (10-18 anos):

Procure sinais de comunicação não verbal que revelem a integração num grupo ou o distanciamento de figuras de autoridade (por exemplo, identificando subgrupos que se formam espontaneamente e usando atividades de cooperação para impedir a competição entre eles).



● Incentivo à participação

Crianças (0-9 anos):

Incentive a participação com base na curiosidade e na brincadeira.

Use estratégias de motivação externa (por exemplo, a aprovação de adultos), pois as crianças são mais sensíveis a esse tipo de validação.

Implemente atividades divertidas de capacitação para que as crianças aprendam e explorem temas relacionados com a participação.

Jovens (10-18 anos):

Integre a influência dos pares, o desejo de validação e os interesses pessoais na comunicação de objetivos, estratégias e processos de tomada de decisão.

Ofereça um espaço adicional para os jovens expressarem opiniões, defenderem os seus pontos de vista e obterem o respeito dos seus pares (por exemplo, acrescentando momentos específicos para os debates, se necessário).

● *Feedback* e receção

Crianças (0-9 anos):

Aposte no reforço positivo e num *feedback* claro e direto: as crianças mais novas são mais sensíveis a este tipo de abordagem.

Jovens (10-18 anos):

Ofereça um *feedback* construtivo para promover a integração (por exemplo, alterne os porta-vozes para fazer resumos das reuniões, discussões ou atividades).

Lembre-se de que o *feedback* é muitas vezes filtrado através da lente das relações sociais e da autoestima (por exemplo, esteja atento a sinais de angústia emocional e gira-os de forma individual ou em grupo, conforme apropriado).

Fontes: Desenvolvido pelo autor com base em: (Banister e Huntington, 2002[31]; Lefevre, 2018[28]; O'Reilly e Dolan, 2016[30])





6. INSTRUMENTOS

A execução de projetos destinados a promover a participação das crianças e dos jovens é uma tarefa exigente, morosa e, em alguns casos, onerosa. A preparação é fundamental para evitar erros e decepções entre os participantes e os facilitadores. Do ponto de vista organizacional, as iniciativas bem-sucedidas e impactantes de participação de crianças e jovens aumentam as probabilidades de realização de novos esforços de participação. Isto, por sua vez, fortalece uma cultura organizacional assente na colaboração com crianças e jovens e nos valores democráticos. Esta secção inclui dois instrumentos práticos para ajudar profissionais e organizações a preparar os seus projetos participativos

destinados a crianças e jovens. Tais instrumentos ajudá-lo-ão a questionar as condições para iniciar uma iniciativa participativa, identificar possíveis armadilhas e responder aos mitos associados à participação das crianças e jovens. Acima de tudo, estes instrumentos baseiam-se nos princípios orientadores previstos na Garantia Europeia para a Infância (UNICEF, 2021[24]) ou em literatura relevante no domínio da participação das crianças e jovens (Cardarelli et al., 2021[12]; Correia e Aguiar, 2022[2]; Correia, Aguiar e Amaro, 2023[13]; Hart, 1992[20]; Ingman, B. C. et al., 2023[17]; Lundy, 2007[23]).

Checklist para a preparação e execução de projetos de participação de crianças e jovens⁶

Espaço

- ☐ Os participantes foram consultados sobre a escolha do espaço e foram consideradas as suas preferências?
- ☐ Podem os participantes e respetivas famílias aceder ao evento e participar plenamente no mesmo?
- ☐ É o espaço seguro tanto em termos ambientais como atmosféricos e existe um número suficiente de adultos para os participantes?
- ☐ É o espaço adequado para crianças e jovens? Observou o espaço do ponto de vista de uma criança ou de um jovem?
- ☐ O mesmo possui mobiliário e consumíveis que permitem o uso dinâmico do espaço? O espaço permite o ruído, o movimento e a criatividade?
- ☐ Considerou o efeito que o tamanho do grupo terá nas conversas e fez adaptações em conformidade?
- ☐ Os pais/tutores permitiram/aprovaram e assinaram um seguro para que os seus filhos frequentem o espaço?

Voz

- ☐ Foram dadas às crianças e aos jovens todas as informações necessárias para formar uma opinião?
- ☐ Foram-lhes oferecidas diferentes opções?
- ☐ Foram-lhes oferecidas diferentes formas de comunicação? Desenhar, escrever cartas, cantar canções, colocar comentários nas caixas de comentários anónimos, etc.
- ☐ Os participantes sabem que este processo é voluntário e que podem optar por não participar a qualquer momento?
- ☐ A linguagem utilizada é adequada à idade, sem jargão e alinhada com as referências adequadas à idade e aos interesses das crianças e jovens?
- ☐ O ambiente criado incentiva a colocação de perguntas e a busca de esclarecimentos?
- ☐ Verifica com frequência se a sua compreensão dos contributos dos participantes está correta?

⁶ Adaptado da UNICEF (2021). Guidance on child and adolescent participation.

Público

- ☐ Existe algum processo/sistema para transmitir as opiniões das crianças/jovens e incorporá-las significativamente no processo de tomada de decisões?
- ☐ As crianças foram informadas sobre a cadeia de comunicação e sobre quem terá acesso aos seus pontos de vista?
- ☐ Os seus facilitadores têm experiência e formação na gestão de atividades de participação de crianças ou jovens?
- ☐ As partes interessadas foram articuladas com os participantes no sentido de identificar quem precisa de saber o quê?
- ☐ Os participantes foram informados sobre todo o processo de tomada de decisão e compreenderam o seu papel no processo de forma a gerirem as suas expetativas?

Influência

- ☐ Os decisores tiveram em conta as opiniões das crianças e dos jovens?
- ☐ Foram realizados trabalhos preparatórios para garantir que as vozes dos participantes são levadas a sério?
- ☐ Foram transmitidas aos participantes informações sobre as decisões tomadas e sobre o modo como as suas opiniões foram ou não utilizadas?
- ☐ Foram estabelecidas bases com decisores, ONG e parceiros em torno da importância da participação das crianças, dos jovens e dos pais e estão eles dispostos e prontos para ouvir?
- ☐ Pode demonstrar que os pontos de vista das crianças ou dos jovens influenciaram os seus serviços ou a forma como trabalha?



Mitos e factos sobre a participação de crianças e jovens

Abaixo está uma lista de mitos e factos sobre a participação de crianças e jovens. A lista constitui uma síntese de muitas mensagens essenciais exploradas neste manual sobre a sua participação. Pode também ser utilizada como instrumento de comunicação por organizações e profissionais quando se debruçam sobre a importância da participação de crianças e jovens.

Mitos

1. As crianças são demasiado novas para terem uma opinião relevante.
2. As crianças e os jovens só se preocupam com diversão ou entretenimento, não com problemas sérios

Factos

1. As crianças podem contribuir significativamente para a tomada de decisões. Isso é possível se as estratégias participativas forem adequadas à idade.
Utilizando as estratégias certas, as crianças fornecem informações e perspectivas valiosas baseadas nas suas experiências únicas, mesmo se forem de tenra idade.
2. A brincadeira e a diversão são ótimas para explorar questões sociais ou políticas complexas com crianças e jovens.
Muitas crianças e jovens estão bastante atentos a questões como as alterações climáticas, a igualdade e o bem-estar da comunidade e conseguem formar opiniões fortes sobre tais assuntos. As abordagens não formais contribuem para que essas opiniões se tornem visíveis e pertinentes.

3. A participação das crianças e dos jovens tem apenas a ver com ter uma voz, e não com influência e ação.

4. A participação das crianças e dos jovens não tem um impacto significativo na tomada de decisões.

3. A verdadeira participação envolve: ter ou tomar consciência, adquirir conhecimentos e competências, expressar uma opinião pessoal, agir e influenciar a tomada de decisões sobre uma determinada questão. Não basta dar espaço para emitir opiniões.

A não integração dos vários componentes da participação pode levar à implementação de processos artificiais (manipulação, decoração, *tokenismo*).

4. A participação das crianças e dos jovens é morosa e pode exigir recursos significativos.

O planeamento é fundamental. O planeamento inverso, no sentido de que o resultado final é garantido antes do início do processo participativo (por exemplo, uma audiência na assembleia municipal), oferece ao projeto mais hipóteses de ser executado.

A participação pode, muitas vezes, ser integrada nos processos existentes de uma forma eficiente e eficaz em termos de custos.

Ter líderes locais e cidadãos influentes a defender uma iniciativa participativa pode ajudar a reduzir os encargos do processo e desbloquear o acesso aos recursos.

Mitos

5. Crianças e jovens repetem o que ouvem dos adultos ou tutores.

6. As opiniões das crianças e dos jovens não são tão válidas como as dos adultos.

Factos

5. Será certamente esse o caso quando não for dado às crianças e aos jovens o espaço, o tempo e os recursos necessários para explorarem questões importantes à sua maneira.

As crianças e os jovens são capazes de pensar de forma crítica e podem expressar pensamentos e opiniões independentes, especialmente quando incentivados a fazê-lo em ambientes de apoio.

6. Até há pouco tempo, os governantes e as sociedades em geral consideravam que as crianças e os jovens deviam ser protegidos. Esta visão sustentou a crença de que os adultos estavam mais bem equipados para tomar decisões por terem mais experiência de vida.

As sociedades contemporâneas lidam com problemas complexos. Estes exigem a participação de todos – incluindo crianças e jovens. A verdadeira mudança exige que sejam protagonistas – em vez de meros beneficiários da boa vontade dos adultos.

Melhores decisões exigem também uma melhor capacidade de ação de crianças e jovens. Estes estão em melhor posição para interpretar as suas necessidades e expectativas do que as organizações ou a burocracia.

7. As crianças não conseguem entender as consequências das suas decisões.

7. Embora as crianças nem sempre possam prever todos os resultados, podem compreender as consequências a um nível adequado à sua idade e participar em discussões sobre causa e efeito.

Os facilitadores qualificados podem ajudar a realizar atividades para ajudar as crianças e os jovens a compreender plenamente as consequências a longo prazo das suas ações ou decisões (por exemplo, através de um *feedback* contínuo ou da antecipação de cenários).

8. Envolver as crianças nas decisões conduzirá ao caos ou a más decisões.

9. A participação das crianças e jovens assenta apenas na realização de reuniões ou estruturas formais.

8. Quando bem orientadas, as crianças podem oferecer contribuições ponderadas e práticas e podem até chegar a soluções inovadoras que os adultos podem não ter considerado.

Os facilitadores experientes disponibilizam uma estrutura – que é diferente de uma agenda oculta – para evitar o caos ou más decisões. Uma estrutura progressiva de metas e etapas (da integração à divulgação) e a criação de espaço para melhoria contínua evitam o caos ou a tomada de más decisões.

9. A participação pode assumir muitas formas, de conversas informais a atividades criativas, e nem sempre requer configurações formais para ser eficaz.

A participação das crianças e dos jovens é um instrumento poderoso para os empoderar, para enriquecer a tomada de decisões e para promover uma sociedade mais inclusiva.

Bibliografia

- Alarcão, M. (2000), *(Des)Equilíbrios Familiares*, Quarteto Editora. [29]
- Aresi, G. et al. (2023), “Youth involvement in alcohol and drug prevention: A systematic review”, *Journal of Applied Community and Social Psychology*, Vol. 33/5, pp. 1059-1328. [19]
- Bannister, A. e A. Huntington (2002), *Communicating with Children and Adolescents: Action for Change*, Jessica Kingsley Publishers. [31]
- Cardarelli et al. (2021), “Authentic youth engagement in environmental health research and advocacy”, *International Journal of Environmental Research and Public Health*, <https://doi.org/10.3390/ijerph18042154>, p. 2154. [12]
- CDC - Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas (2005), *Convention on the Rights of the Child: General comment n.º 7: Implementing child rights in early childhood (Implementação dos direitos da criança na primeira infância)*, <https://www.refworld.org/docid/460bc5a62.html>. [3]
- CDC - Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas (2009), *Convention on the Rights of the Child: General comment n.º 12: The right of the child to be heard (O direito da criança a ser ouvida)*, <https://www.refworld.org/docid/4ae562c52.html>. [4]
- Conselho da Europa (2020), *Ouvir - Agir - Mudar: Manual do Conselho da Europa sobre a participação das crianças para profissionais que trabalham para e com crianças*, Conselho da Europa. [7]
- Correia, N. et al. (2019), “Children’s right to participate in early childhood education settings: A systematic review”, *Children and Youth Services Review*, Vol. 100, pp. 76-88. [5]
- Correia, N. e C. Aguiar (2022), “Children’s right to participate: The Lundy model applied to early childhood education and care”, *The International Journal of Children’s Rights*, Vol. 30, pp. 374-401. [2]

- Correia, N., C. Aguiar e F. Amaro (2023), "Children's participation in early childhood education: A theoretical overview", *Contemporary Issues in Early Childhood*, Vol. 24/3, pp. 313-332. [13]
- Cushing, D. (2015), "Promoting youth participation in Communities through youth master planning", *Community Development*, Vol. 46/1, pp. 43-55. [11]
- Foster-Fisherman *et al.* (2010), "Youth ReACT for social change: A method for youth participatory action research", *American Journal of Community Psychology* 46, pp. 67-83. [25]
- Foucault, M. (2003), *Society Must Be Defended*, Picador. [15]
- Garcia, A. D. et al. (2023), "If I had power, I would stop injustices in the world": Photovoice's experiences with young people from disadvantaged urban communities", *Community Development*, Vol. 54/5, pp. 665-682. [33]
- Hanson, K. (2016), "Children's participation and agency when they don't "do the right thing", *Childhood*, Vol. 23/4, pp. 471-475. [14]
- Hart, R. (1992), *Children's participation: From tokenism to citizenship*, https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/childrens_participation.pdf. [20]
- Ingman, B. C. *et al.* (2023), "Strategies of youth engagement in health promotion: listening sessions, task force participation, surveys and other strategies", *Health Promotion International*, Vol. 38/1, pp. 1-11. [17]
- Laevers, F. and B. Declercq (2018), "How well-being and involvement fit into the commitment to children's rights", *European Journal of Education*, Vol. 53/3, pp. 325-335. [16]

- Lansdown, G., S. Jimerson and R. Shahroozi (2014), "Children's rights and school psychology: Children's right to participation", *Journal of School Psychology*, Vol. 52/1, pp. 3-12. [6]
- Lefevre, M. (2018), *Communicating and Engaging with Children and Young People: Making a Difference*, Bristol University Press. [28]
- Londres J. K. et al. (2003), "Youth-led research and development: Tools for youth, organizational, and community development", *New Directions for Evaluation*, Vol. 98, pp. 33-45. [26]
- Lundy, L. (2007), "'Voice' is not enough: Conceptualising Article 12 of the United Nations Convention on the Rights of the Child", *British Educational Research Journal*, Vol. 33/6. [23]
- Menezes, I. (2003), "Participation experiences and civic concepts, attitudes and engagement: Implications for citizenship education projects", *European Educational Research Journal*, Vol. 2/3, pp. 430-445. [18]
- O'Reilly, L. and P. Dolan (2016), "The voice of the child in social work assessments: Age-appropriate communication with children", *British Journal of Social Work*, Vol. 46, pp. 1191-1207. [30]

- OCDE (2024), *Recomendação do Conselho sobre a criação de melhores oportunidades para os jovens (OCDE/LEGAL/0474)*. [9]
- OCDE (2024), *Recomendação do Conselho sobre as crianças no ambiente digital (OCDE/LEGAL/0389)*. [10]
- OCDE (2024), *Recomendação do Conselho sobre governo aberto (OCDE/LEGAL/0438)*. [8]
- República Portuguesa (2023), *Garantia para a infância: Plano de ação 2022-2030*, <https://www.garantiainfancia.gov.pt/documents/37502/40577/Plano+de+A%C3%A7%C3%A3o+da+GPI+2022-2030/91b475b4-1f88-4d4f-9886-183fe20adb85>. [1]
- Ruch, G. et al. (2020), “From communication to co-operation: Reconceptualizing social workers’ engagement with children”, *Child and Family Social Work*, Vol. 25, pp. 430-438. [32]
- Trischler, J. e J. Trischler (2021), “Design for experience: A public service design approach in the age of digitalization”, *Public Management Review*, Vol. 24/8, pp. 1251-1270. [21]
- UNICEF (2021), *Guidance on child and adolescent participation (Orientações sobre a participação de crianças e adolescentes)*, <https://www.unicef.org/eca/documents/guidance-child-and-adolescent-participation>. [24]
- Vários (ed.) (2015), *Integrated governance: How? Where? For what?*. [22]
- Wang, C. e M. Burris (1997), “Photovoice: Concept, methodology, and use for participatory needs assessment”, *Health Education & Behavior*, Vol. 24/3, pp. 369-387. [27]

Contacts

Pietro Gagliardi

Policy Analyst

OECD Public Governance Directorate

Pietro.GAGLIARDI@oecd.org

www.oecd.org/en/topics/youth-empowerment-and-intergenerational-justice

www.oecd.org/en/about/projects/implementing-the-european-child-guarantee-in-portugal